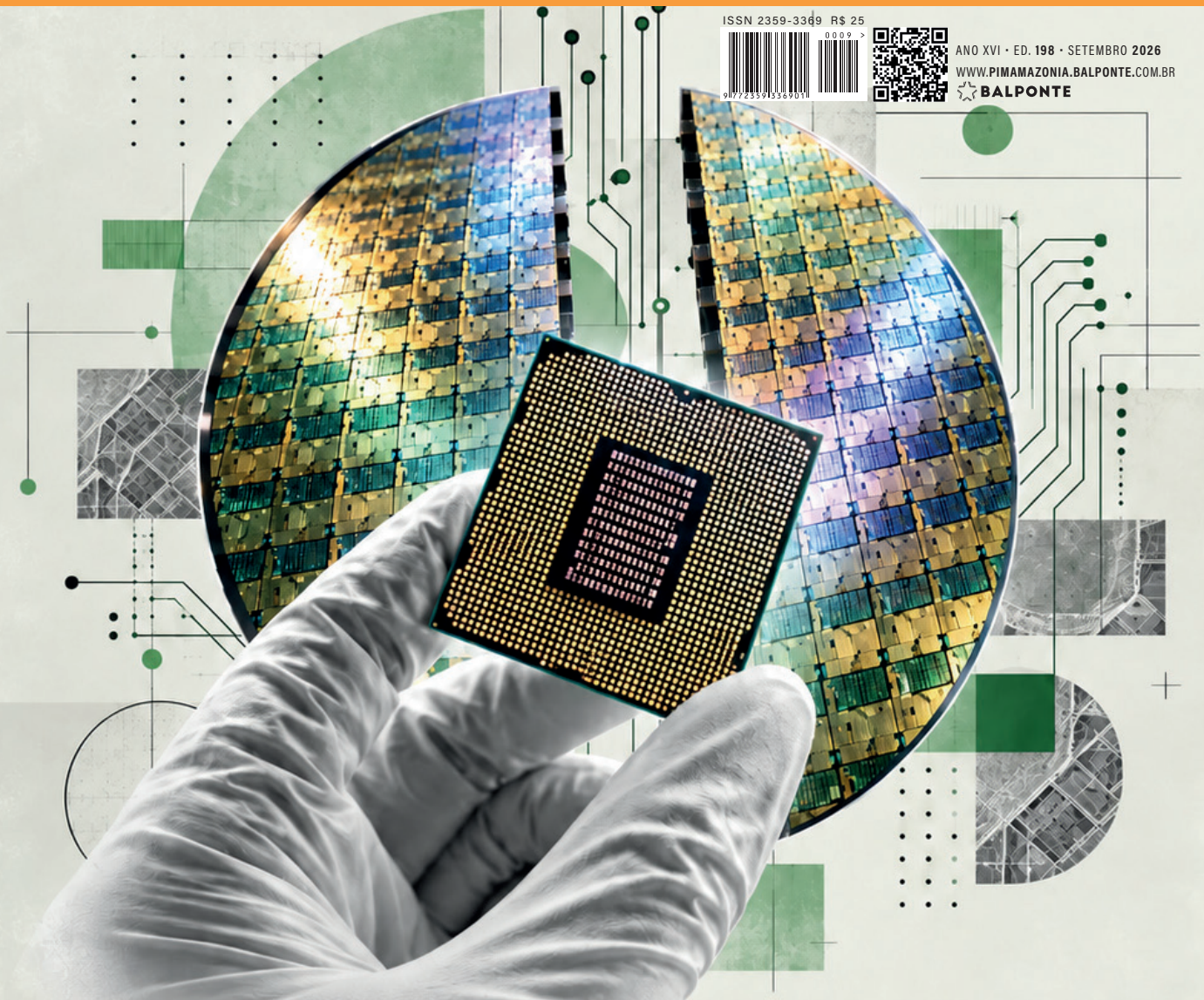
PIM AMAZÔNIA
POLÍTICA • INDÚSTRIA • MEIO AMBIENTE

ISSN 2359-3369 R$ 25

ANO XVI • ED. 198 • SETEMBRO 2026
WWW.PIMAMAZONIA.BALPONTE.COM.BR
BALPONTE



MANAUS NO MAPA DOS SEMICONDUTORES

COM EMPRESAS JÁ INSTALADAS, SETOR MOVIMENTA CIFRAS RELEVANTES E ABRE UMA NOVA FRENTE DE DEBATE SOBRE TECNOLOGIA, MÃO DE OBRA E VALOR AGREGADO NA ZONA FRANCA

VAREJO COM SOTAQUE LOCAL

Redes regionais usam conhecimento do território, logística própria e crédito para competir no Norte

A CARTEIRA BILIONÁRIA DOS FÁRMACOS

Entre projetos aprovados, fábricas em implantação e novos anúncios, setor se lança como uma nova frente industrial

A CONTA DAS HIDROVIAS

Vazante expõe o custo de manter Manaus ligada às rotas marítimas e reacende debate sobre padrão de navegação nos rios amazônicos

O cuidado que faz Manaus mais bonita



A Prefeitura de Manaus está levando mais limpeza e infraestrutura para todas as zonas de Manaus, e a mudança já aparece no caminho que você faz todos os dias. São viadutos, complexos viários e passarelas revitalizados, meios-fios e calçadas reformados e mais de 12 mil buracos tapados, contribuindo para ruas mais seguras e um trânsito mais tranquilo.

Além disso, mais de 1.500 garis atuam diariamente em serviços de varrição, capinação, coleta de resíduos e limpeza dos igarapés, com o apoio da tecnologia e da inovação. O resultado é uma Manaus mais limpa, mais bonita e mais organizada, com mais qualidade de vida e bem-estar para a população.

Prefeitura de Manaus

Gente que trabalha

REFORMA E REVITALIZAÇÃO DE COMPLEXOS VIÁRIOS



SUMÁRIO

ANO XVI | EDIÇÃO 198 | SETEMBRO DE 2026



14

A BASE DOS CHIPS EM MANAUS

Semicondutores já fazem parte da Zona Franca, mas ainda concentrados em etapas específicas da cadeia



22

MEDICAMENTOS EM ESCALA

Novamed e novos projetos colocam a Zona Franca diante de uma carteira próxima de R$ 2 bilhões

SEÇÕES

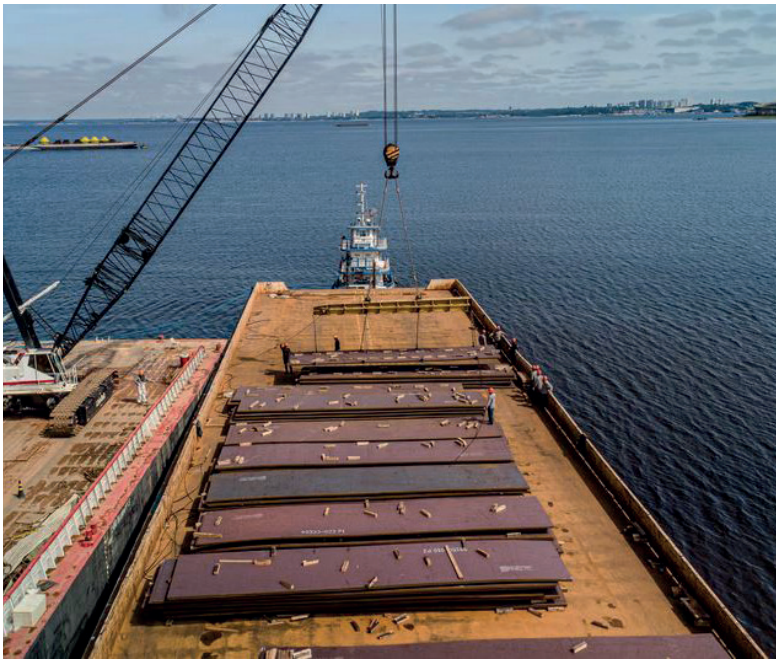
EDITORIAL 6
CONEXÃO AMAZONIA 10
ESPECIALISTA RESPONDE 28
OPINIÃO 36
DICA DE LEITURA 44



30

QUEM CONHECE O NORTE

Redes do Amazonas e do Pará transformam crédito, logística e presença regional em vantagem competitiva



38

O RIO ENTRA NA CONTA

Píeres, dragagem e sobretaxas mostram o custo de manter Manaus conectada durante a vazante

EXPEDIENTE



Ano XVI | Edição 198 | Setembro de 2026
Manaus / Amazonas / Brasil

WWW.PIMAMAZONIA.BALPONTE.COM.BR
POLÍTICA, INDÚSTRIA & MEIO AMBIENTE

DIRETOR EXECUTIVO
Juarez Baldoino C. Filho

EDITOR EXECUTIVO
Jhemisson Marinho - MTB 1173 / AM

DESIGN EDITORIAL
Suellen Fonseca

REPORTAGEM
Jhemisson Marinho
Maria Amâncio

FOTOGRAFIA
Acervo Pessoal, Divulgação

FALE COM A REDAÇÃO:
REDACAO@PIMAMAZONIA.COM.BR
CONTATO: (92) 98182-0518

PUBLICIDADE E PROJETOS ESPECIAIS
COMERCIAL@PIMAMAZONIA.COM.BR
MANAUS/AM
CONTATO: (92) 98182-0032

ASSINATURAS E EDIÇÕES ANTERIORES
CONTATO: (92) 98182-0518
ASSINATURA@PIMAMAZONIA.COM.BR

As opiniões contidas nos artigos assinados não correspondem necessariamente ao posicionamento da PIM AMAZÔNIA.

BALPONTE

A Revista PIM Amazônia (ISSN 2359-3369) é uma publicação mensal da Editora Balponte - CNPJ: 03.855.866/0001-72

ANER
www.aner.org.br

A Balponte é membro da Associação Nacional de Editores de Revista

EDITORIAL

Manaus tem potencial para subir um degrau.

Esta edição mostra uma Zona Franca que continua defendendo sua base tradicional, mas já olha para cadeias mais exigentes em tecnologia, capital e previsibilidade. Semicondutores e medicamentos sólidos não são apenas novas pautas industriais. São testes sobre a capacidade do modelo de agregar valor, formar mão de obra, atrair fornecedores e disputar espaço em mercados mais sofisticados.

A reportagem de capa trata dos semicondutores com o realismo que o tema exige. Manaus já tem uma indústria concentrada em partes específicas da cadeia, mas que pode ganhar relevância com a demanda global por chips, desde que avance em mão de obra, tecnologia, logística e inserção em etapas de maior valor.

Na indústria farmacêutica, o movimento também está em construção. A expansão da Novamed, os projetos de Brainfarma, Vitamedic, Bioamazonas e Quanturion e a nova fábrica anunciada pela EMS colocam Manaus diante de uma carteira próxima de R$ 2 bilhões, entre investimentos realizados, aprovados e esperados. Ainda não é um polo consolidado. Mas é claramente uma ofensiva em formação, dependente de execução, escala e adensamento produtivo.

Fora das fábricas, o varejo regional mostra outra face da competitividade amazônica. Redes do Amazonas e do Pará somaram R$ 16,7 bilhões em vendas e confirmam que, no Norte, conhecer o território ainda vale muito. Crédito, logística, presença física e relação com o consumidor continuam sendo barreiras de entrada para quem tenta operar a região de longe.

Mas nenhuma dessas frentes avança sem resolver a base material da economia amazônica. A vazante voltou a expor o custo de manter Manaus conectada às rotas marítimas. Píeres provisórios, dragagem, sobretaxas e estoques antecipados mostram que a seca não começa quando o rio atinge o nível crítico. Ela começa antes, no planejamento das empresas, no capital imobilizado e no preço final das mercadorias.

O fio que une esta edição é a diferença entre potencial e operação. A Amazônia já demonstrou capacidade de produzir, vender, adaptar-se e abrir novas frentes. O que ainda falta é transformar essa capacidade em rotina menos cara, menos incerta e menos dependente de soluções emergenciais.

A próxima etapa da Zona Franca não será medida apenas pelo que ela consegue atrair, mas pelo que consegue sustentar.

Boa leitura.

Acesse aqui a edição online

OPINIÃO DO LEITOR

Um leitor informado também pode ser um leitor atuante. Participe, então, de nosso esforço para fazer uma Revista PIM Amazônia cada vez melhor. Envie sugestões para as próximas edições. O que você gostaria de ler aqui nos próximos meses? Críticas, denúncias, opiniões ou dúvidas: tudo isso é bem vindo e não ficará sem resposta.

Estamos aguardando seus comentários.

Participe!



WWW.**PIMAMAZONIA.BALPONTE.**COM.BR

@pimamazonia **redacao**@pimamazonia.com.br

ACRE • AMAZONAS • AMAPÁ • MARANHÃO • MATO GROSSO • PARÁ • RONDÔNIA • RORAIMA • TOCANTINS

www.aner.org.br

publicisredlion





Achei o vinho correto e equilibrado, taninos macios, álcool na medida certa, final médio a longo e retrogosto agradável.

Acho que vinho branco cai muito bem com peixe.

É nacional?

Êta vinho bão!

Sem colarinho, por favor.

LER REVISTA COLOCA A SUA OPINIÃO LÁ EM CIMA.

Ler uma revista é se aprofundar no seu assunto preferido de forma descontraída. A cada página, um universo de informações dos mais diversos temas. E você ainda ganha mais bagagem para formar uma opinião forte e consistente.

REVISTAS

ANER
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDITORES DE REVISTAS

QUEM LÊ REVISTA TEM OPINIÃO.



Suframa, MMA e MDIC firmam acordo para redefinir gestão do Distrito Agropecuário

Em cerimônia no Palácio do Planalto alusiva ao Dia da Amazônia, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) deu um passo decisivo para o futuro do Distrito Agropecuário da Suframa (DAS). A autarquia assinou um memorando de entendimento com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) para implementar um novo modelo de gestão na área.

O objetivo da parceria é estabelecer as bases para integrar produção, conservação ambiental e novos negócios sustentáveis no território de quase 589 mil hectares inserido na abrangência do modelo ZFM.

Para o superintendente da Suframa, Leopoldo Montenegro, o novo formato concilia conhecimento, inovação e desenvolvimento local:

"Queremos construir um Distrito Agropecuário mais produtivo, sustentável e inovador, capaz de gerar oportunidades e agregar valor às potencialidades da nossa região. Esse novo modelo amplia as possibilidades de atuação no DAS, com espaço para o fortalecimento da agricultura familiar, a retomada da pesquisa, desenvolvimento e inovação, o estímulo às cadeias produtivas e a novas atividades econômicas sustentáveis. É uma visão de futuro que integra produção, conhecimento e conservação ambiental."

Amazonas ganha quatro novas reservas de desenvolvimento sustentável

Nesta terça-feira (8), Dia da Amazônia, quatro novas reservas de desenvolvimento sustentável foram criadas, por decreto presidencial, no estado do Amazonas. Juntas, elas somam quase 670 mil hectares. Essas áreas buscam proteger a biodiversidade e o modo de vida das populações locais. Além disso, esse tipo de categoria de proteção permite o uso sustentável dos recursos naturais pelos moradores. ebc

O ministro do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, destacou a importância dessas novas áreas:

"Daremos mais um passo fundamental nessa direção, com a assinatura dos decretos de criação de quatro reservas de desenvolvimento sustentável no Amazonas: Tupana e Igapó-Açu 1, Tupana e Igapó-Açu 2, Canaã e Mirari. Serão mais 668 mil hectares para fortalecer a proteção da região da BR-319."

Amapá e Equatorial Mineral criam projeto para produção de baterias de veículos elétricos com manganês

O Estado do Amapá e a Equatorial Mineral, empresa do Centro Tecnológico do Estado, criaram o projeto Manganês Bat Brasil para eliminar a dependência de insumos e tecnologias estrangeiras para transformar o Manganês em matéria-prima para a produção de componentes, células e sistemas completos de armazenamento de energia. A iniciativa prevê integrar toda a cadeia produtiva da extração do minério à aplicação final em veículos elétricos.

O projeto busca desenvolver, em escala experimental, e validar uma rota 100% brasileira para a produção de um material utilizado na fabricação de baterias de Fosfato de Ferro, Manganês e Lítio (LMFP).

A iniciativa conecta diretamente o recurso mineral abundante no Estado à ciência avançada de materiais, à manufatura experimental e à mobilidade elétrica sustentável.

Descoberta de petróleo na Foz do Amazonas acelera debate sobre infraestrutura no Pará e Amapá



A confirmação da presença de hidrocarbonetos no poço exploratório Morpho (1-BRSA-1405-APS), localizado no bloco FZA-M-59 na Bacia da Foz do Amazonas, inaugurou uma fase decisiva para o futuro econômico do Pará e do Amapá.

Anunciada pela Petrobras em 14 de agosto de 2026, a descoberta em águas profundas — situada a 175 km da costa de Oiapoque (AP), sob uma lâmina d'água de 2.886 metros — acendeu o sinal de alerta sobre a urgência de estruturar a infraestrutura e o ecossistema fornecedor da Região Norte.

Os desdobramentos operacionais e regulatórios dessa fase foram detalhados no Boletim Especial Redes de Energia, publicado pela Redes FIEPA (Federação das Indústrias do Estado do Pará). O documento reforça a distinção técnica essencial: a identificação do recurso não implica início imediato da produção comercial.

A mensagem central da análise industrial é que o setor produtivo regional não pode aguardar a instalação das plataformas para se estruturar. A criação de um polo petrolífero na costa amazônica movimentará demandas muito além da extração, englobando engenharia, manutenção, construção e montagem, logística portuária, transporte marítimo e terrestre, gestão de resíduos, saúde ocupacional, segurança, hotelaria e tecnologia da informação.

Seca na Amazônia atingiu 38% das áreas habitadas no último El Niño

Mais de um terço (38%) das ocupações humanas existentes na Amazônia tiveram alta exposição aos efeitos do El Niño de 2024, segundo um estudo divulgado nesta sexta-feira (4) pelo Mapbiomas. Entre as 5.673 localidades habitadas na região, 2.172 sofreram de forma intensa com o fenômeno.ebcebc

O El Niño se caracteriza pelo aquecimento das águas superficiais do Oceano Pacífico Tropical e provoca alteração na circulação atmosférica, tornando os volumes de chuvas irregulares. Na Amazônia, ele causa seca e aumento na temperatura.

Diante da previsão meteorológica de que o fenônemo será especialmente forte neste ano — um "Super El Niño" —, os pesquisadores cruzaram dados sobre a chuva e a superfície de água sobre a terra para mostrar como a Amazônia foi afetada na última ocorrência do evento climático.

Fazenda autoriza crédito de US$ 1 bilhão do BID para Eco Invest Brasil

O Brasil está autorizado a contratar crédito externo de até US$ 1 bilhão com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para investir em uma das principais iniciativas de aceleração e transição ecológica sustentável nos próximos anos, o Eco Invest Brasil.

De acordo com despacho do Ministério da Fazenda publicado nesta sexta-feira (4), a contratação foi aprovada após manifestações favoráveis da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

A autorização tem como base o Artigo 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), além de resoluções anteriores do Senado.

Na área de economia circular, as iniciativas previstas no Eco Invest Brasil têm potencial de impactar positivamente mais de 2 milhões de pessoas nas Regiões Nordeste, Sudeste e Sul.



BNDES define consórcio que vai modelar a exploração de urânio no Brasil

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deu mais um passo para destravar investimentos no setor mineral brasileiro ao homologar o consórcio responsável por desenhar a modelagem de negócios do Programa Pró-Urânio. A informação é da CNN Brasil.

A iniciativa é conduzida em conjunto com a Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar).

Vencedor da concorrência pública entre cinco participantes, o Consórcio VGLHH é liderado pela Vallya Advisors Assessoria Financeira e conta com a participação das empresas GE21 Consultoria Mineral, Lefosse Advogados, Harpia Consultoria Ambiental e Harpia Group AG. O contrato terá vigência de três anos, com início das atividades programado para o próximo mês.

Além de reduzir a dependência externa nas etapas de processamento do ciclo do combustível nuclear, a meta de longo prazo do governo federal é transformar o Brasil em um exportador relevante do insumo para o mercado global.

Nova comitiva chinesa desembarca em Manaus para conhecer a Zona Franca; missão foi articulada pela Livoltek

Em pouco mais de um mês, uma segunda comitiva de empresas chinesas desembarcou em Manaus para conhecer de perto o modelo da Zona Franca e avaliar possiblidades de negócios e investimentos na região. A nova agenda foi capitaneada pela Livoltek, que já mantém uma operação industrial na capital amazonense e tem projetos para novos investimentos que passam de R$ 35,1 milhões.

A delegação esteve nas instalações da Livoltek e foi à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), nesta segunda-feira (31), onde recebeu informações sobre os incentivos fiscais, o Processo Produtivo Básico (PPB), a estrutura industrial e as condições para instalação de novos empreendimentos.

A Suframa informou que as empresas também demonstraram interesse no fornecimento de insumos e na transferência de tecnologia para cadeias produtivas já existentes em Manaus.

Brasil cria política para ampliar produção de minerais críticos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nesta quarta-feira (16) a lei que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. A lei prevê investimentos de até R$ 7 bilhões por meio de incentivos a projetos de processamento e transformação dos minerais.

O objetivo é estimular a pesquisa, extração e transformação de minerais críticos e estratégicos.

"A mineração exige investimentos intensivos e ciclos produtivos que frequentemente chegam a 40 anos. Por isso, previsibilidade e estabilidade, especialmente a fiscal, são premissas indispensáveis para atrair investimento de longo prazo", explicou Pablo Cesário, do Instituto Brasileiro de Mineração.

A lei sancionada hoje cria um Fundo Garantidor da Atividade Mineral (Fgam) com aporte de R$ 2 bilhões da União para garantir empreendimentos e atividades vinculados à produção de minerais críticos e estratégicos. O montante do fundo pode chegar a R$ 5 bilhões. O fundo somente poderá apoiar projetos considerados prioritários no âmbito da política.

Petrobras prevê perfurar três novos poços na Foz do Amazonas em 2027



A Petrobras programa para o início de 2027 a perfuração de três poços adicionais no bloco FZA-M-59, situado na Bacia da Foz do Amazonas. A informação foi divulgada pela diretora executiva de Exploração e Produção da estatal, Sylvia Anjos, durante o evento setorial ROG.e 2026, no Rio de Janeiro.

"Devemos acabar o Morpho em outubro. Depois, a sonda que está na Foz do Amazonas vai sair e vamos levar outra sonda para lá, mas que ainda precisa passar pela limpeza do coral-sol. Prevemos que, em janeiro, vamos começar a perfurar os poços contingentes", disse Baruzzi.

A nova fase de investigações técnicas contemplará os poços chamados Manga, PAD Morpho e Crotalus. As operações devem ser executadas em sequência ao longo do próximo ano por meio dos navios-sonda ODN-II ou Amaralina Star, com o objetivo de coletar dados aprofundados sobre a dimensão e a capacidade produtiva do reservatório da região.

O projeto faz parte do planejamento de longo prazo da companhia para a Margem Equatorial brasileira, que abrange desde a Foz do Amazonas até as bacias do Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar. No total, a estatal prevê a perfuração de 15 poços na nova fronteira exploratória.

Chinesa Anjun investe R$ 220 milhões em logística e aposta em Manaus para reduzir prazo e custo de compras internacionais

A multinacional chinesa de logística Anjun anunciou um plano de investimentos de R$ 220 milhões no Brasil até 2027, com foco na descentralização de processos de desalfandega e na expansão para o mercado de cargas pesadas e comércio eletrônico. Entre as principais mudanças previstas pelo projeto está a instalação de um centro de operações em Manaus, medida que promete reduzir drasticamente os prazos e os custos de frete para a Zona Franca e para toda a região amazônica. A informação é do Valor Econômico.

Segundo o CEO global da companhia, Tony Fang, a estratégia consiste em descentralizar a entrada de remessas internacionais, que atualmente se concentram em São Paulo. "Custa R$25 a R$30 enviar um pacote de um quilo de São Paulo para Manaus. Se chegar por via aérea e for entregue de lá, a entrega local custa menos de R$10.

BNDES e Acre firmam contrato para estruturar concessões de florestas estaduais

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o estado do Acre assinaram contrato para estruturar a concessão das florestas estaduais do Mogno, do Rio Gregório e do Rio Liberdade. O projeto abrange 213 mil hectares de floresta nativa e prevê o manejo florestal sustentável, aliando a oferta legal de madeira com a conservação e proteção da Amazônia.

As três unidades de conservação são situadas no município de Tarauacá. A Floresta Estadual do Mogno possui 141 mil hectares e faz fronteira com o estado do Amazonas; A Floresta Estadual do Rio Gregório possui 212 mil hectares e fica entre os rios Gregório e Acuruá; Já a Floresta Estadual do Rio Liberdade tem a menor extensão territorial, 76,7 mil hectares, e se conecta à Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade.

Semicondutores testam nova fronteira da Zona Franca

Setor deve movimentar US$ 2,5 bilhões no Brasil em 2026, segundo a Abisemi, com importantes empresas instaladas em Manaus. Desafio local envolve mão de obra e logística

Por JHEMISSON MARINHO

A indústria de semicondutores voltou ao centro da disputa tecnológica global. No Brasil, a estimativa da Associação Brasileira da Indústria de Semicondutores (Abisemi) é de que o setor movimentará cerca de US$ 2,5 bilhões em 2026, impulsionado pela digitalização, inteligência artificial, automação industrial, conectividade e busca por segurança nas cadeias de suprimentos.

Em Manaus, o segmento ainda é um nicho dentro do polo eletroeletrônico, mas já movimenta cifras relevantes. Segundo Rogério Nunes, fundador e presidente da Abisemi, não há um levantamento fechado, mas a estimativa é que entre US$ 700 milhões a US$ 800 milhões sejam vendidos a partir de Manaus. Só a Zilia projeta faturamento superior a R$ 3 bilhões.

A produção ligada a semicondutores instalada na capital amazonense está concentrada principalmente em circuitos integrados do tipo memória em produtos baseados nesses componentes, como módulos de memória e unidades de armazenamento SSD, utilizados em diferentes segmentos da economia digital e da indústria eletroeletrônica.

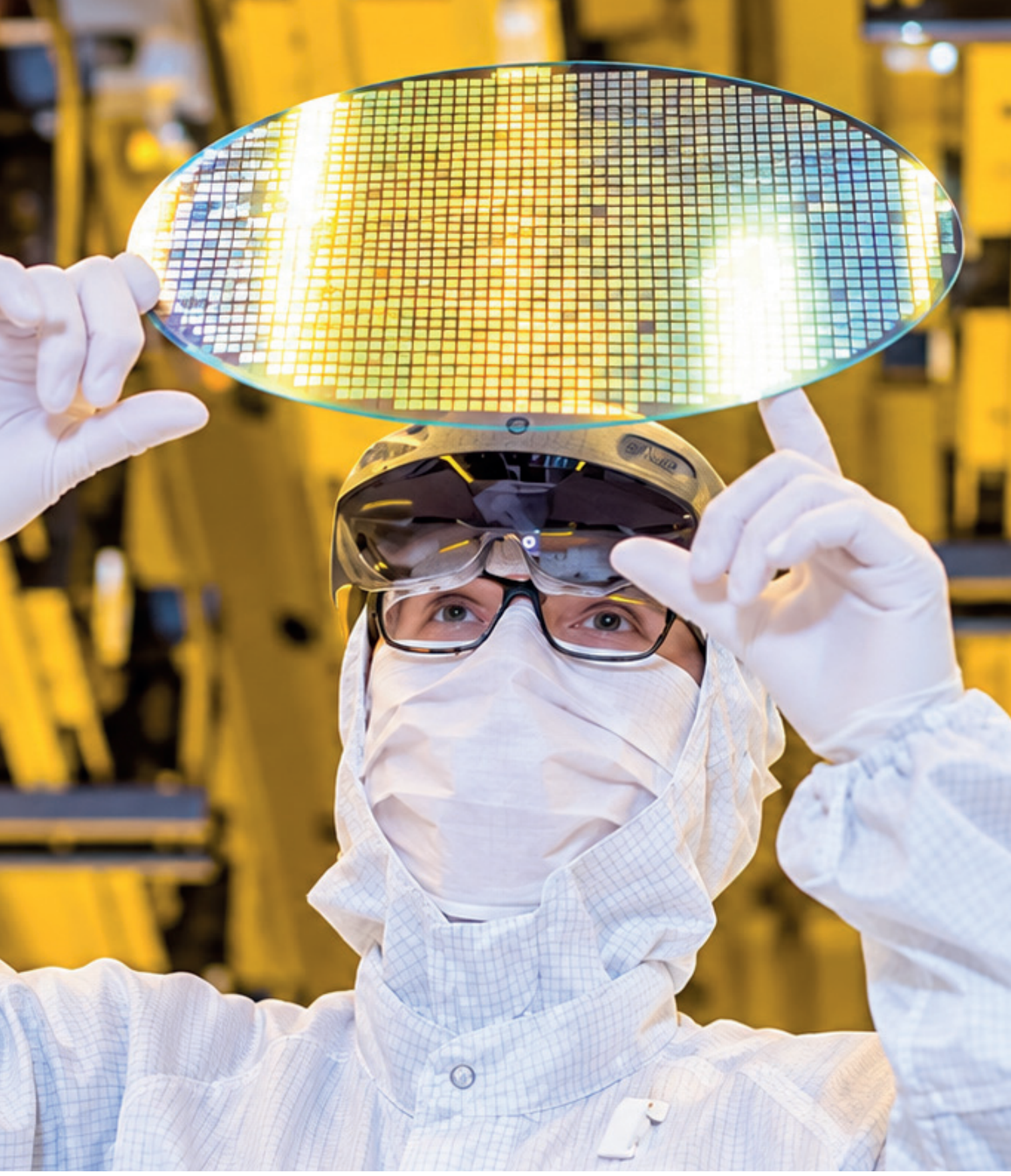
No mundo, a cadeia de semicondutores pode ser dividida, de forma simplificada, em três grandes etapas: o desenvolvimento e design dos chips; a fabricação dos circuitos sobre wafers, ou lâminas de silício, conhecida como front-end; e o back-end, que reúne processos como encapsulamento e testes dos componentes.

Ao fim dessas etapas, o chip está pronto para ser incorporado a módulos de memória, unidades de armazenamento, smartphones, computadores, veículos e uma ampla variedade de equipamentos eletrônicos.

Rogério Nunes, que também é fundador da Zilia, defende que o debate sobre semicondutores precisa partir de uma leitura realista da cadeia produtiva. Uma das lacunas está na produção dos próprios wafers de silício utilizados como base para a fabricação dos circuitos, que ainda vêm do exterior.



DIVULGAÇÃO



Wafers são lâminas circulares feitas de materiais semicondutores

"Não conseguimos ter isso ainda, o que é feito na Ásia. Em torno de 70% vem de lá", explica Nunes.

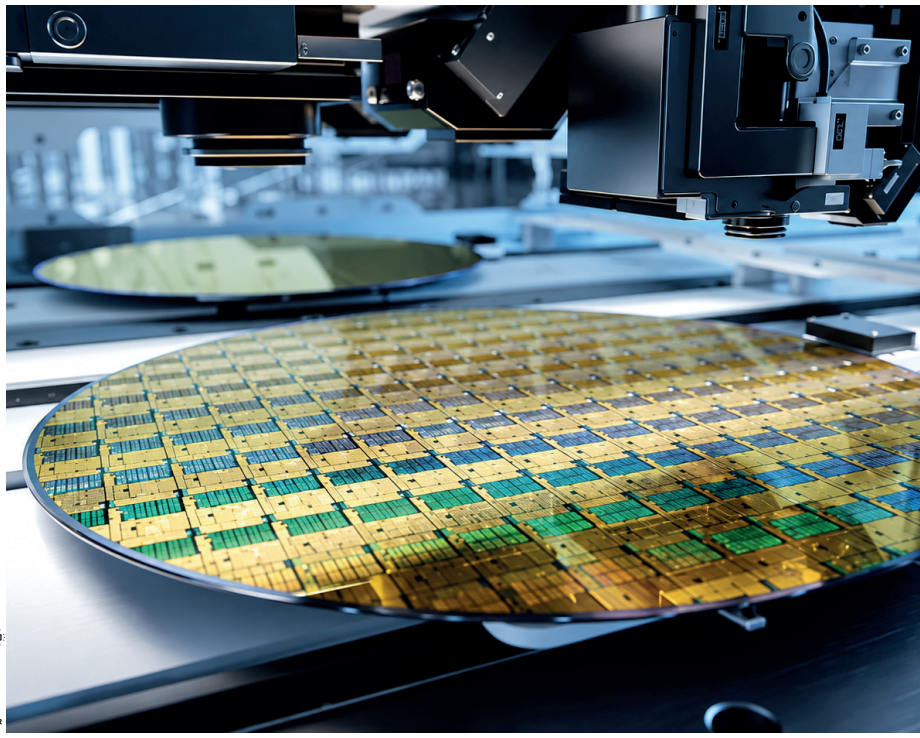
A iniciativa mais próxima de uma estrutura integrada de fabricação de chips no país é o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), no Rio Grande do Sul, que passa por processo de retomada.

Na etapa de back-end, segundo Nunes, há cinco empresas atuando no país: duas em São Paulo, uma em Minas Gerais, uma no Rio Grande do Sul e a Tera, em Manaus.

Todas também mantêm operações em Manaus, mas apenas a Tera realiza Back-end na capital amazonense. As demais — Zilia, Adata, Hana Electronics e Multi — atuam localmente em outras etapas ou produtos relacionados à cadeia, como montagem, testes, módulos de memória e SSDs.

"Pode parecer pouco, mas no mundo não temos mais do que 12 ou 15 empresas desenvolvendo este processo", afirma Rogério Nunes.

A terceira grande etapa reúne processos de encapsulamento e testes. É nessa fase que os circuitos produzidos no wafer são preparados para utilização pela indústria. No Brasil, mais de 20 empresas atuam em diferentes áreas da cadeia, de acordo com informações da associação do setor.



DIVULGAÇÃO

Janela de oportunidade

Para a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e especialistas ouvidos pela reportagem, é possível dizer que existe uma janela de oportunidade de médio e longo prazo para atrair novas empresas e ampliar etapas de manufatura de semicondutores.

Segundo levantamento da PIM Amazônia, além das empresas já citadas, compõem este segmento as empresas Song, Boardtec e Boreo, totalizando oito empresas. Para a Suframa, o peso dessa indústria é maior do que sua participação quantitativa sugere e o setor tem relevância estratégica porque está conectado à base eletroeletrônica já existente no Polo Industrial de Manaus.

Além disso, pode abrir caminho para investimentos de maior intensidade tecnológica, ampliação de atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), formação de mão de obra especializada e maior agregação de valor local.

Estratégia

Manaus conta com uma indústria de semicondutores em pleno desenvolvimento. Em setembro, por exemplo, a Adata colocou em funcionamento um segundo prédio, movimento que dobrou a área fabril na cidade, e está preparando a transferência da produção de servidores de alta potência para a capital do Amazonas. A iniciativa é uma parceria da gigante do setor com a Giga Computing.

A pergunta agora é se Manaus conseguirá transformar





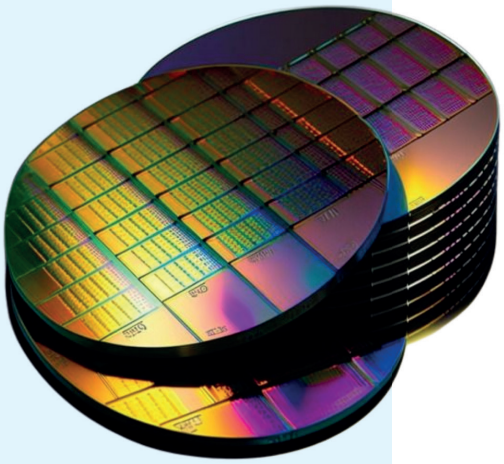
¹Produção de wafers é complexa e não ocorre no Brasil. ²Fábrica da Zilia em São Paulo.

O QUE SÃO WAFERS DE SILÍCIO

O wafer é uma lâmina circular de material semicondutor, geralmente silício ultrapuro, usada como base para a fabricação dos chips. É sobre essa superfície que são formados os circuitos integrados que, depois, serão cortados, encapsulados e testados para uso em celulares, computadores, automóveis, servidores, equipamentos médicos e uma infinidade de produtos eletrônicos.

A produção de wafers é uma das etapas mais complexas da cadeia de semicondutores. Exige ambientes extremamente limpos, equipamentos de alta precisão e controle rigoroso de impurezas, já que pequenas falhas podem comprometer os circuitos formados sobre a lâmina.

É por isso que o domínio dessa etapa é restrito a poucos países e empresas. No Brasil, a indústria atua principalmente em fases posteriores da cadeia, como montagem, encapsulamento, testes, módulos de memória e SSDs. A produção dos wafers ainda depende do exterior, o que ajuda a explicar a vulnerabilidade de cadeias como a automotiva quando há restrições internacionais no fornecimento de chips.





> **“PODE PARECER POUCO, MAS NO MUNDO NÃO TEMOS MAIS DO QUE 12 OU 15 EMPRESAS DESENVOLVENDO ESTE PROCESSO.”**

ROGÉRIO NUNES
Fundador da Zilia e presidente da Abisemi

operações ainda concentradas em determinadas etapas da cadeia em uma plataforma mais robusta de tecnologia, produção e inovação em um mercado que, segundo projeções do setor, pode alcançar mais de US$ 2,0 trilhões em 2030.

Para o presidente da Abisemi, a Zona Franca já reúne empresas que atuam no segmento e tem vantagens competitivas importantes. Embora ainda esteja distante de dominar todas as etapas da cadeia, a região tem espaço para ser competitiva.

“É uma visão errada quando alguém diz: queremos ter o domínio total dos semicondutores. Nenhum país é independente hoje no mundo, nem os Estados Unidos”, afirma.

A estratégia, segundo ele, deve ser inserir o Brasil em partes relevantes da cadeia global, especialmente onde o país já tem mercado interno, base industrial e instrumentos de incentivo.

“O importante é que a gente faça parte desse sistema mundial. E nós já fazemos parte”, diz.

Vantagens da Zona Franca

A competitividade de Manaus no setor passa por uma combinação de incentivos. O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis) é nacional, sem recorte regional, e foi criado para atrair e ampliar investimentos

AUTOMÓVEIS ENTRAM NO RADAR

No mercado global, os maiores vetores de demanda hoje estão em data centers para inteligência artificial, computadores, comunicações, celulares e automóveis. No Brasil, segundo a Abisemi, celulares e computadores ainda aparecem como os principais segmentos consumidores.

Esse recorte é importante para Manaus. A cidade já abriga fabricantes de eletroeletrônicos, bens de informática, celulares, TVs e componentes. Essa base instalada pode ajudar a atrair novas etapas da cadeia, desde que o ambiente tecnológico, regulatório e logístico avance.

Uma nova frente de expansão pode vir do setor automotivo. Segundo Nunes, uma mudança no Processo Produtivo Básico no fim de 2025 abriu espaço para o desenvolvimento de produtos voltados a essa cadeia.

A Zilia já trabalha em processos de qualificação para fornecimento ao setor automotivo. Esse caminho, no entanto, é mais longo. Segundo o presidente da Abisemi, a qualificação de componentes para veículos pode levar um ou dois anos.

“A Zilia está com processos para qualificar para o setor automotivo. Estamos na preparação desse caminho”, afirma.

AS ETAPAS DO PROCESSO PRODUTIVO

A cadeia dos circuitos integrados é composta basicamente por três estágios

1 PROJETO

O desenho e a concepção do esquema elétrico do chip são feitos pelas *design houses*.

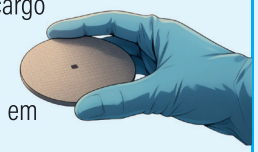
No Brasil: não há produção nessa etapa



2 FABRICAÇÃO

A produção em larga escala de circuitos integrados sobre lâminas de silício, os wafers, fica a cargo das *foundries*.

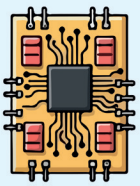
No Brasil: Ceitec (RS) está em retomada



3 MONTAGEM

A etapa final inclui corte do wafer, encapsulamento e testes.

No Brasil: HT Micron, Zilia, ADATA, Multi e Tera



PROCESSO VERTICAL

Algumas empresas, conhecidas como fabricantes de dispositivos integrados (IDMs), atuam em projeto, fabricação e back-end.

No mundo: Intel, Samsung, SK Hynix e Micron

em semicondutores, displays, células fotovoltaicas e áreas relacionadas.

Na Zona Franca, esse regime se combina com outros mecanismos ligados ao modelo industrial de Manaus, à Lei de Informática, aos Processos Produtivos Básicos (PPBs) e aos incentivos regionais.

Para Nunes, essa combinação torna Manaus a região mais competitiva do país para determinados produtos do setor.

"Manaus tem competitividade muito grande. É a região mais competitiva do Brasil. Além do Padis, os clientes, quando compram produtos oriundos daqui, têm crédito de IPI e de ICMS, que quando compram em outra região não têm", afirma.

A reforma tributária aparece como um fator de mudança. Na avaliação do presidente da Abisemi, se o desenho atual for mantido, a Zona Franca tende a ganhar competitividade em relação a outras regiões, inclusive para atrair empresas de eletroeletrônicos e semicondutores.

A economista Michele Lins Acaraty vê uma janela de oportunidade, mas faz ressalvas. Para ela, Manaus ainda não pode ser considerada um polo consolidado de semicondutores, embora tenha ganhado protagonismo nas etapas finais da cadeia, especialmente no fornecimento para linhas de smartphones, TVs e computadores.

"Sem dúvida, a reforma tributária cria uma janela de oportunidade histórica para o PIM ao consolidar sua blindagem jurídica e ampliar sua

O QUE É O PADIS

Criado em 2007, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS) é o principal regime federal de incentivo específico para a cadeia de semicondutores no Brasil.

O programa busca estimular investimentos em produção e Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), oferecendo benefícios às empresas habilitadas que desenvolvam atividades no país.

O PADIS abrange diferentes elos da cadeia, incluindo desenvolvimento e design de chips, difusão ou processamento físico-químico, corte de wafers, encapsulamento e testes. Em contrapartida aos incentivos, as empresas precisam cumprir requisitos de investimento em PD&I. A legislação também prevê crédito financeiro calculado sobre os recursos efetivamente aplicados nessas atividades.

atratividade econômica em relação ao restante do país", afirma.

Desafios da Zona Franca

Se há oportunidades, de um lado, é imperativo destacar os entraves, de outro. O primeiro deles é a formação de mão de obra especializada.

Empresas de maior intensidade tecnológica exigem engenheiros, técnicos e profissionais com experiência em processos industriais mais sofisticados. Para Nunes, esse é um dos principais pontos de atenção caso novas empresas decidam se instalar em Manaus.

"O que falta é justamente o desenvolvimento de mão de obra qualificada para certos setores da indústria", afirma.

A economista Michele Lins Acaraty segue na mesma direção. Para ela, a Zona Franca precisa avançar no desenvolvimento e na fabricação de parte da tecnologia incorporada aos bens produzidos no Polo. Isso exige investimento privado, política pública e integração com centros de pesquisa.

"Acredito que temos um gargalo na capacidade de desenvolvimento e fabricação de parte da tecnologia incorporada aos bens fabricados no PIM, sendo imprescindível investimento ou mesmo uma política pública assertiva para elevar o valor tecnológico ao longo da cadeia", avalia.

O segundo gargalo é logístico. Manaus é uma base industrial desenhada historicamente para abastecer o mercado interno brasileiro. Para o setor de semicondutores, esse desenho pode ser insuficiente.

Empresas que venham a se instalar na região precisam não apenas produzir para o Brasil, mas também avaliar modelos de exportação. Isso exige regularidade logística, previsibilidade no transporte e integração com mercados globais.

"Manaus é conhecida como área de manufatura desenhada para produzir produtos dentro do Brasil. É importante que se tenha olhos para que empresas possam exportar a partir de Manaus, e aí temos as questões logísticas", diz Nunes.

Para Michele, esse é um ponto decisivo. Ela afirma que a infraestrutura antecede a atividade econômica e que, sem uma base logística adequada, a atração de investimentos fica limitada.

"Sem dúvida que esses fatores são os maiores limitadores reais da competitividade de Manaus, o chamado Custo Amazônia", afirma.

Nova fronteira industrial

A Suframa avalia que a crescente demanda mundial por semicondutores pode representar uma oportunidade de atrair investimentos de maior intensidade tecnológica e aumentar a agregação de valor local.

A disputa, no entanto, não será simples. A cadeia global é concentrada, exige capital elevado, escala, conhecimento técnico, fornecedores especializados e inserção internacional. O Brasil não parte do zero, mas também não parte de uma posição dominante.

O ponto a favor de Manaus é contar com uma base industrial eletroeletrônica consolidada e um modelo de incentivos que pode ganhar força no novo sistema tributário.

CONTEÚDO EXTRA

ENTREVISTA

Em Manaus, Adata prepara montagem de servidores para data centers

VOCÊ ACREDITA EM TUDO O QUE LÊ?

As pessoas estão confusas por receberem grande quantidade de notícias falsas.
Sejam impressas, online, no celular ou em vídeo, as informações divulgadas pelas revistas são reais e baseadas em pesquisa e investigação jornalística. Leitores de revistas são mais envolvidos e propensos a recomendar suas matérias nas redes sociais.

ANER
www.aner.org.br

REVISTAS
Eu acredito!

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDITORES DE REVISTAS
#REVISTAEUACREDITO | WWW.ANER.ORG.BR

Rumo a R$ 2 bilhões: Manaus acelera ofensiva para formar polo farmacêutico

Levantamento da PIM Amazônia identifica cerca de R$ 850 milhões entre investimentos realizados e valores previstos em projetos industriais aprovados; nova fábrica anunciada pela EMS pode levar movimento a R$ 1,85 bilhão

Por REDAÇÃO

Manaus já reúne cerca de R$ 850 milhões entre investimentos realizados e valores previstos em projetos aprovados para a indústria farmacêutica. Entram nessa conta a expansão recém-concluída da Novamed e empreendimentos de Brainfarma, Vitamedic, Bioamazonas e Quanturion identificados em decisões do Conselho de Administração da Suframa (CAS) e do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam).

Há outro R$ 1 bilhão no horizonte. A EMS confirmou neste ano o plano de construir uma nova fábrica de comprimidos na capital amazonense, anexa à Novamed. Se o investimento avançar nos valores anunciados, a carteira associada ao setor chegará a aproximadamente R$ 1,85 bilhão. A empresa pretende ampliar novamente sua capacidade de produção até 2028.

A soma não significa que Manaus já tenha um polo farmacêutico consolidado. Hoje, entre os projetos para medicamentos sólidos reconhecidos pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), apenas a Novamed está em operação. Brainfarma, controlada pela Hypera Pharma, e Vitamedic estão em implantação, segundo informação da autarquia à PIM Amazônia.

Bioamazonas e Quanturion ampliam a carteira quando são incluídos no levantamento os projetos aprovados no âmbito estadual, aqueles aprovados pelo Codam.



PRODUZIDO POR IA



Entram nessa conta a expansão recém-concluída da Novamed e empreendimentos de Brainfarma, Vitamedic, Bioamazonas e Quanturion



DIVULGAÇÃO

Novamed foi incorporada pela EMS em 2014

A maior fatia entre os novos projetos é da Bioamazonas. A empresa obteve aprovação estadual para implantação em 2024, quando o projeto estava dimensionado em R$ 358,6 milhões. Uma atualização aprovada pelo Codam no ano seguinte reduziu o valor para cerca de R$ 333,7 milhões, com previsão de 46 postos de trabalho. O projeto é destinado à fabricação de medicamentos de uso humano.

A Brainfarma teve o projeto original de implantação aprovado pelo Codam em agosto de 2024 e recebeu posteriormente a aprovação federal da Suframa para produção de medicamentos sólidos. A atualização mais recente apresentada ao conselho estadual dimensiona o empreendimento em aproximadamente R$ 81,9 milhões, com 30 empregos previstos. A Suframa confirma que a fábrica ainda está em implantação.

A Vitamedic recebeu em agosto de 2025 a aprovação do CAS para instalar uma fábrica de medicamentos sólidos. O projeto prevê R$ 91,2 milhões e 52 empregos. A resolução de implantação continua entre os atos vigentes publicados pela Suframa.

Mais recente, a Quanturion Latam Pharma entrou na pauta do Codam em junho deste ano. O projeto de implantação soma cerca de R$ 42,9 milhões, com 30 empregos previstos e linhas que incluem medicamentos sólidos e preparações destinadas a outros segmentos. A empresa recebeu os incentivos estaduais, mas ainda não aparece entre os projetos de medicamentos sólidos que a Suframa informou considerar aprovados na esfera federal.

Completa a primeira parte dessa conta a Novamed. A empresa do Grupo EMS concluiu em setembro um pacote de R$ 300 milhões, dos quais R$ 270 milhões foram destinados à ampliação industrial e R$ 27,5 milhões ao novo Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

A expansão elevou em 30% a área fabril e a companhia projeta aumentar a produção dos atuais 1,7 bilhão para até 2,5 bilhões de comprimidos por mês. A unidade emprega 1.160 pessoas e prevê aproximadamente 840 novas contratações nos próximos dois anos.

Somados, esses cinco empreendimentos chegam a aproximadamente R$ 849,7 milhões.

O aporte de R$ 1 bilhão anunciado pela EMS fica em uma categoria diferente. A nova

fábrica ainda não aparece na carteira de projetos aprovados utilizada neste levantamento. O grupo confirmou à PIM Amazônia que pretende instalar uma nova planta em Manaus e ampliar a produção de comprimidos até 2028.

Movimento

A Suframa afirma que seus indicadores industriais não possuem um subsetor oficialmente denominado "Polo Farmacêutico". O enquadramento é feito de acordo com os produtos cadastrados na autarquia, conforme as regras da Portaria Suframa nº 1.701/2024.

Mas o termo "polo" descreve neste momento uma estratégia de formação de cadeia com forte potencial de expansão.

Para a autarquia, os projetos atuais podem abrir espaço para fornecedores e serviços especializados. A expectativa oficial é que, em uma etapa posterior, a produção industrial se aproxime das competências científicas instaladas na Amazônia, com pesquisa em biotecnologia, química fina e produtos associados à biodiversidade.

Reforma Tributária entra na decisão

A nova rodada de projetos coincide com a transição para o sistema tributário criado pela Reforma Tributária.

A Lei Complementar nº 214 estabeleceu redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS para me-



EMS NO CENTRO DA APOSTA

A ofensiva farmacêutica em Manaus passa, em grande medida, pela EMS. A Novamed, controlada pelo grupo, opera na Zona Franca desde 2014 e se tornou a principal referência industrial do segmento no Amazonas. A fábrica concentra medicamentos sólidos, como comprimidos, cápsulas e drágeas, e foi ampliada neste ano com aumento da área fabril e um novo centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

O próximo passo anunciado pela companhia é uma nova unidade anexa à Novamed. A EMS fala em mais de R$ 1 bilhão para ampliar a capacidade de produção de comprimidos até 2028. O plano reforça o papel de Manaus justamente na etapa em que a Zona Franca já demonstrou competitividade industrial: a produção em larga escala de medicamentos sólidos.

Esse movimento ocorre ao mesmo tempo em que a EMS tenta concluir outra operação de peso no mercado nacional. O grupo fechou acordo para comprar 100% da Medley, marca de genéricos da Sanofi. O negócio, estimado em cerca de R$ 3,2 bilhões, ainda depende do Cade. Em setembro, a Superintendência-Geral do órgão declarou a operação complexa e pediu novas informações para avaliar efeitos concorrenciais em segmentos específicos.

A compra da Medley mostra a estratégia mais ampla da EMS para ganhar escala no mercado brasileiro de genéricos.

O caso da semaglutida ajuda a delimitar essa fronteira. A EMS entrou no mercado de GLP-1 com o Ozivy, caneta à base de semaglutida, mas a produção está ligada à plataforma de peptídeos e injetáveis instalada em Hortolândia (SP), não a Manaus. A capital amazonense, por ora, aparece mais associada à escala industrial de comprimidos do que às linhas de injetáveis de alta complexidade. A companhia informou que as canetas serão produzidas na fábrica de peptídeos de Hortolândia.

INFOGRÁFICO

NOVAMED EM NÚMEROS

Primeira indústria farmacêutica instalada na Zona Franca de Manaus, unidade do Grupo EMS amplia produção, área fabril e estrutura de pesquisa no Amazonas

INVESTIMENTOS RECENTES

Mais de
R$ 300 milhões
Investidos na nova etapa da operação

R$ 270 milhões
Destinados à expansão da fábrica

R$ 27,5 milhões
Aplicados no novo Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, com aporte do BNDES

PORTFÓLIO

Mais de
350 moléculas
Capacidade de produção da unidade

Mais de
1.100 moléculas
Capacidade de produção da unidade

ÁREA CONSTRUÍDA

35.000 m²
Área construída na inauguração, em 2014

+

11.250 m²
Área de ampliação inaugurada em setembro de 2026

+

436 m²
Área destinada ao Centro de PD&I

= 46,2 mil m²
Área total construída da Novamed após a expansão

EMPREGOS

1,1 mil empregos diretos
Atualmente

500 empregos indiretos
Gerados pela operação

260 novas
contratações previstas

60 profissionais
especializados para PD&I

200 profissionais
para a operação industrial

CAPACIDADE PRODUTIVA

1,7 bilhão
De comprimidos produzidos por mês atualmente

Até 2,5 bilhões
De comprimidos por mês após a expansão

20 bilhões → 30 bilhões
Capacidade anual de produção de comprimidos



dicamentos registrados na Anvisa, além de prever alíquota zero para determinadas situações. Como o tratamento dos medicamentos tem alcance nacional, essa redução isoladamente não explica por que uma fábrica escolheria Manaus em vez de São Paulo, Goiás ou Paraná.

O diferencial, segundo Gustavo Faviero, advogado e sócio da AMFF, aparece quando o regime nacional dos medicamentos é combinado com as regras específicas preservadas para a Zona Franca de Manaus.

"O diferencial competitivo da ZFM reside nos benefícios fiscais inerentes à instalação da empresa na região. Redução de alíquota não garante o tratamento diferenciado", afirma.

Faviero cita entre os instrumentos o tratamento do IPI, os créditos presumidos de IBS e CBS e as regras aplicáveis às operações destinadas à Zona Franca. A regulamentação da reforma manteve mecanismos próprios para as indústrias incentivadas de Manaus, ao mesmo tempo em que inicia a retirada do IPI do restante da economia a partir de 2027, ressalvados os produtos com fabricação na ZFM.

A existência do incentivo não permite, porém, fixar uma vantagem única para toda farmacêutica. Faviero afirma que é necessário analisar cada operação para saber o ganho efetivo com a instalação em Manaus. Neste caso, entram no cálculo o medicamento produzido, os insumos utilizados e os créditos presumidos que a empresa poderá aproveitar.

"É importante que seja feito um estudo comparativo para a instalação da empresa para a quantificação do ganho real", diz.

A cronologia dos projetos também não permite atribuir toda a movimentação atual plenamente à reforma. A Bioamazonas teve a implantação aprovada pelo Codam em abril de 2024. O projeto estadual da Brainfarma veio em agosto do mesmo ano. A Vitamedic recebeu a aprovação federal em 2025. A Novamed produz em Manaus desde 2014.

O novo sistema tributário entra agora na análise de investimentos de longo prazo, principalmente daqueles que ainda estão sendo prospectados.

Prospecções

Em setembro, o Amazonas realizou em São Paulo a primeira edição do Amazonas Invest Farma, encontro voltado diretamente à apresentação da Zona Franca para empresas do setor. O evento reuniu cerca de 160 participantes e representantes de aproximadamente 30 indústrias farmacêuticas, segundo o balanço divulgado pelos organizadores.

Incentivos, infraestrutura logística, pesquisa, bioeconomia e áreas para instalação industrial estão entre os pontos apontados como atrativos da capital do Amazonas.

Um estudo sobre o perfil das cargas movimentadas pelo Aeroporto Internacional Eduardo Gomes aponta que a área farmacêutica aparece como um dos segmentos de interesse por depender de velocidade, rastreabilidade e estruturas com controle de temperatura.

A concessionária passou a apresentar também áreas disponíveis dentro do sítio aeroportuário para atividades industriais e de distribuição. Atualmente, 82% dos insumos que chegam a Manaus por via aérea têm origem na Ásia.

A estratégia levou representantes do Amazonas à FCE Pharma em São Paulo a partir de 2024. Neste ano, a agenda foi ampliada e desembocou no Amazonas Invest Farma.

Por enquanto, os números mostram capital entrando e uma carteira de projetos maior do que havia há poucos anos. Eles também mostram a distância entre aprovação e produção. Dos três projetos de medicamentos sólidos reconhecidos hoje pela Suframa, dois ainda estão sendo implantados.

Os próximos movimentos serão decisivos. A nova fábrica anunciada pela EMS, se confirmada nos valores previstos, leva sozinha a carteira para perto de R$ 2 bilhões. Brainfarma e Vitamedic precisam transformar projetos aprovados em produção. Bioamazonas e Quanturion ainda têm etapas a cumprir além da aprovação estadual.

PIS/Cofins-Importação: o próximo capítulo da novela no STJ

Marlon Flor, sócio da AMFF Advogados, volta à coluna para explicar o que está em jogo no Tema 1244 e por que a coerência do STJ na interpretação dos incentivos será decisiva para o polo industrial

POR **WILSON PÉRICO**

Na coluna O Especialista Responde, o economista e membro da diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, Wilson Périco, conversa com especialistas sobre temas que impactam diretamente o ambiente de negócios, a indústria e a Zona Franca de Manaus.

Na edição de maio, Marlon Flor, sócio da AMFF Advogados, apontou o PIS-Importação e a Cofins-Importação como uma das discussões de maior impacto financeiro para o polo industrial e advertiu que o desfecho ainda era incerto. Desde então, o tema foi incluído na pauta do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para 20 de agosto e, depois, amplamente anunciado para a sessão de 3 de setembro, o que não se confirmou. A proximidade do julgamento e a repercussão que ele causou trazem o especialista de volta à coluna.

Na edição de maio, o senhor já apontava o PIS/Cofins-Importação como uma das discussões de maior impacto para a Zona Franca de Manaus (ZFM). Desde então, o julgamento do Tema 1244 chegou a ser pautado no STJ para agosto e depois anunciado para setembro, sem se confirmar. O que está em julgamento e por que ele é tão relevante para os contribuintes?

O Tema 1244 definirá se há ou não a incidência do PIS/Cofins-Importação sobre bens e mercadorias destinados ao consumo interno ou à industrialização na ZFM. Como antecipei em maio, trata-se de uma das discussões de maior impacto financeiro para a região, dado o volume expressivo de importações, pois afeta diretamente o custo das operações e da produção. O STJ vinha decidindo de forma desfavorável aos contribuintes nessa matéria, mas a análise da questão ganhou novos contornos após julgamentos recentes da própria Corte.

Historicamente, quais eram os dois principais argumentos dos contribuintes e por que o STJ costumava rejeitá-los?

O primeiro pilar sustentava a extensão do benefício fiscal nas importações. Ele era rejeitado sob a premissa de que os benefícios tributários exigem interpretação literal (conforme o artigo 111 do CTN); como o Decreto-Lei nº 288/1967 cita expressamente apenas a isenção do Imposto de Importação (II) e do IPI, entendia-se que o PIS/Cofins-Importação estaria fora da desoneração. O segundo argumento fundamentava-se no GATT, buscando garantir tratamento igualitário aos produtos importados em relação aos nacionais. O STJ afastava essa tese entendendo que a incidência na importação configurava uma situação tributária distinta da tributação interna.

O que mudou recentemente na jurisprudência do STJ que pode alterar esse entendimento desfavorável aos contribuintes?

O ponto de virada foi o julgamento do Tema 1239. Naquele precedente, que tratava do PIS/Cofins em operações com a ZFM, o STJ superou a interpretação puramente literal da legislação. A Corte decidiu que os incentivos da ZFM devem ser interpretados de forma extensiva e finalística, com base no artigo 40 do ADCT, visando concretizar os objeti-

vos constitucionais de redução das desigualdades regionais e proteção da riqueza socioambiental da região.

Concretamente, onde o Tema 1239 aplicou a interpretação extensiva que o regime da ZFM exige?

O art. 4º do Decreto-Lei nº 288/1967 equipara à exportação apenas a remessa de mercadorias de origem nacional para consumo ou industrialização na Zona Franca, sem qualquer menção a serviços ou a mercadorias nacionalizadas. Mesmo assim, o STJ fixou que não incidem PIS e Cofins sobre as receitas da prestação de serviços e da venda de mercadorias nacionais e nacionalizadas a pessoas físicas e jurídicas na região, estendendo o benefício a hipóteses que não estão expressas no texto legal porque essa é a leitura que atende à finalidade do regime especial.

Onde reside a contradição interpretativa no seio do STJ em relação ao mesmo diploma legal, o Decreto-Lei nº 288/1967?

A contradição está no fato de o tribunal utilizar dois critérios opostos para o mesmo diploma legal. Ao analisar o artigo 4º (relativo a mercadorias vindas do restante do país), o STJ aplicou uma leitura extensiva e orientada pela finalidade constitucional da ZFM (Tema 1239). No entanto, ao analisar o artigo 3º (que trata da entrada de mercadorias estrangeiras), vinha aplicando a frieza do critério literal para exigir os tributos de importação. Trata-se de utilizar métodos interpretativos antagônicos para uma mesma sistemática legal.

Sob a ótica do direito internacional e dos acordos comerciais, qual o impacto da incidência do PIS/Cofins-Importação sobre produtos destinados à ZFM?

Há um conflito direto com a cláusula de tratamento nacional prevista no artigo III do GATT. O tratado internacional veda que produtos oriundos de países signatários recebam tratamento fiscal menos favorável do que o concedido aos produtos nacionais similares. Quando o similar nacional circula desonerado dentro da ZFM e o produto estrangeiro sofre tributação na entrada, gera-se uma discriminação fiscal que atenta contra esses compromissos internacionais.

Além da questão financeira direta dos tributos, de que maneira a decisão do STJ no Tema 1244 impacta o sistema de precedentes e a segurança jurídica no país?

A higidez do sistema de precedentes depende da estabilidade, integridade e coerência das decisões judiciais. Não se pode alterar o método interpretativo apenas porque se muda o número do tema repetitivo. Se o critério finalístico e constitucional foi o escolhido para reger a sistemática da ZFM, ele deve ser mantido de forma coerente. Julgar casos análogos sob lógicas opostas gera insegurança jurídica e mina a confiança de quem investe na região sob a promessa constitucional de um regime diferenciado mantido até 2073.



Wilson Périco, economista e membro da diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam)

Na edição de maio, o senhor disse que teríamos de aguardar o desfecho dessa novela. O que espera do julgamento?

O cenário não é simples, já que nas Turmas praticamente todos os ministros que hoje compõem a Primeira Seção votaram contra a tese, e por isso a esperança está no Tema 1239, em que o próprio STJ reconheceu que os incentivos da ZFM devem ser interpretados de forma finalística e à luz da Constituição. O que se espera é que esse mesmo critério seja aplicado agora, pois o fato de as contribuições de importação terem materialidade própria não justifica mudar a forma de ler o Decreto-Lei nº 288/1967. Decidir casos semelhantes por lógicas opostas enfraquece o sistema de precedentes e abala a confiança de quem investiu na região acreditando em um regime estável até 2073.

Gigantes de casa

Redes do Amazonas e do Pará somam R$ 16,7 bilhões em vendas e mostram como crédito e conhecimento local viraram vantagem competitiva no Norte

Por MARIA AMÂNCIO

O ranking dos maiores varejistas do país trouxe um recorte importante sobre o comércio brasileiro. Elaborado pelo Instituto Retail Think Tank (IRTT), o TOP 300 do Varejo Brasileiro 2026 mostrou que grupos nascidos no Amazonas e no Pará alcançaram escala bilionária sem depender de expansão nacional.

Juntos, Bemol, Super Nova Era, Grupo Tapajós, Líder, Formosa e Preço Baixo somaram R$ 16,7 bilhões em vendas em 2025.

O Amazonas colocou três empresas entre as 300 maiores varejistas do país, com R$ 8,277 bilhões em vendas somadas. O Pará, também com três nomes no ranking, chegou a R$ 8,380 bilhões, uma diferença de apenas R$ 103 milhões entre os dois estados.

Para Alberto Serrentino, cofundador do IRTT e fundador da Varese Retail, o padrão observado no Norte não é exceção ao resto do varejo brasileiro, marcado por operadores regionais fortes e mercado pulverizado. A diferença, de acordo com ele, está na logística.

"O Norte não é diferente do padrão observado no restante do Brasil. A região apresenta, contudo, uma peculiaridade, especificamente no Amazonas, em termos geográficos e logísticos. Essa complexidade adicional se torna uma importante barreira de entrada e, de certa forma, uma proteção para os operadores locais que dominam a dinâmica desse ambiente", afirma Serrentino.


LIDER Z
LIDER Z
Petybon
Liza
Tio João
Itambé
INTEGRAL
PILÃO
TRADICIONAL
Hellmann's
REAL
Milho
Dorflex
dipirona sódica
Neosaldina
VITAMINA C
1000mg
NIVEA
Hidratação
Essencial
LISTERINE
COOLMINT
Cetaphil
farmácia
flexfarma
flexfarma
Ypê
VEJA
MULTIUSO
OMO
Personal
PROVA DUPLA
Dove
ELSEVE
PB
PREÇO BAIXO
ATACADO & VAREJO
ATACADO & VAREJO
bemol
bemol

DIVULGAÇÃO

Amazonas ganha escala

A Bemol lidera entre as amazonenses: 58ª posição nacional, R$ 4,335 bilhões em vendas em 2025, alta de 8% sobre o ano anterior. São 80 lojas e 4,1 mil funcionários, com presença no Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, segundo o IRTT.

O número do ranking mede apenas o varejo. No consolidado da própria companhia, o faturamento total superou R$ 5 bilhões, já que a empresa também opera em farmácias, mercados, loterias, serviços financeiros, crédito e clínicas.

O Super Nova Era foi quem mais acelerou. Chegou à 75ª posição nacional, com R$ 3,255 bilhões em vendas, um crescimento de 35% em um ano, cerca de quatro vezes acima da média das empresas com dados comparáveis no ranking (8,6%).

A rede saiu de 25 para 39 lojas no período, com avanço no supermercado e no atacarejo, e seguiu comprando: a aquisição do Atack ampliou a presença em Manaus, enquanto uma mudança na diretoria em Porto Velho melhorou o desempenho das unidades locais.

"A aquisição do Atack ampliou a nossa presença e participação no mercado local. Já em Porto Velho, tínhamos um desempenho expressivo das unidades a partir de uma mudança na diretoria, que trouxe novos direcionamentos para a operação e refletiu em resultados significativos para as lojas da cidade", afirma Luís Araújo, diretor do Grupo Super Nova Era.



DIVULGAÇÃO

Ranking dos 300 maiores varejistas do país tem três empresas estabelecidas no Amazonas

Segundo ele, escala maior significa mais poder de negociação com fornecedores e melhor diluição de custos: "À medida que você cresce, seu poder de negociação também aumenta com as indústrias e prestadores de serviços. Com uma operação maior, você consegue negociar melhor e, consequentemente, melhorar custos e despesas."

A meta do grupo é chegar a R$ 5,5 bilhões em faturamento nos próximos cinco anos, com novas unidades em Manacapuru e Itacoatiara (AM) e Ji-Paraná (RO), a partir de centros de distribuição já instalados em Manaus e Rondônia.

Fecha o trio amazonense o Grupo Tapajós, na 267ª posição nacional, com R$ 687 milhões em vendas (+18%), 96 lojas e 1.937 funcionários. A empresa atua no varejo farmacêutico com as bandeiras Santo Remédio, FlexFarma e FarmaBem, e mantém uma estrutura de distribuição com centros em Manaus, Porto Velho, Guajará-Mirim, Boa Vista, Belém e Santarém. Segundo a companhia, a malha atende 1.600 clientes cadastrados e positivados.

Pará mantém liderança individual

No Pará, o maior nome é o Grupo Líder: 51ª posição nacio-









nal, R$ 5,449 bilhões em vendas, a maior varejista individual do Norte no levantamento.

A companhia combina supermercados, hipermercados, farmácias, lojas de departamento e shopping center, com origem no comércio fluvial que abastecia comunidades ribeirinhas nos rios paraenses antes de ganhar escala urbana em Belém a partir dos anos 1970.

No Ranking ABRAS 2026, voltado ao varejo alimentar, o Líder ocupa a 24ª posição nacional, com R$ 5,448 bilhões em faturamento em 2025.

Formosa e Preço Baixo completam o trio paraense: o Formosa aparece na 59ª posição, com R$ 1,745 bilhão, construído sobre varejo alimentar, magazines e lojas de departamento em Belém e Ananindeua; o Preço Baixo ocupa a 80ª posição, com R$ 1,186 bilhão, com operação mais enxuta voltada ao atacarejo na região metropolitana de Belém.

Barreira e custo

Para Serrentino, a logística







O Pará reúne nomes como Líder, Formosa e Preço Baixo; o primeiro é o maior varejista individual da região

DIVULGAÇÃO

amazônica opera em duas direções: encarece a operação e, ao mesmo tempo, protege quem já está estabelecido.

"A característica específica do Norte apresenta uma dupla dimensão. Se, por um lado, impõe um custo operacional e logístico substancialmente mais elevado, por outro, estabelece uma relevante barreira de proteção de mercado", afirma.

Existe uma diferença, segundo ele, entre abrir lojas em uma capital como Manaus e construir presença territorial com capilaridade, penetração de mercado e operação logística preparada para o ambiente. As redes regionais se protegem justamente por dominar fornecedores, prazos, crédito, sortimento, sazonalidade e transporte.

"As redes regionais conseguem se manter competitivas mesmo confrontadas com grandes players nacionais devido à sua presença enraizada, fundamentada em relacionamentos consolidados, forte histórico de concessão de crédito e amplo domínio da logística", diz Serrentino.

Além de Amazonas e Pará

O padrão se repete em outros estados do Norte, sobretudo no varejo alimentar. No Acre, o Arasuper, registrado como A.C.D.A. Importação e Exportação Ltda., aparece no Ranking ABRAS 2026 na 66ª posição nacional, com R$ 1,612 bilhão.

No Tocantins, o Quartetto Supermercados ocupa a 124ª posição, com R$ 635,8 milhões, com presença em Palmas, Paraíso, Gurupi e Porto Nacional.

No Amapá, o Santa Lúcia (M. A. Silva e Silva Ltda.) está na 154ª posição, com R$ 451,8 milhões, e o Fortaleza (A.R. Filho & Cia. Ltda.) na 188ª, com R$ 357 milhões.

Crescimento orgânico

Serrentino não vê consolidação iminente no varejo, nem no Norte nem no restante do país. O cenário econômico esfriou fusões, aquisições e entrada de fundos.

"Não vislumbramos uma tendência de consolidação do varejo, seja no âmbito regional ou nacional, impulsionada por fusões e aquisições. Pelo contrário, houve uma forte desaceleração nos movimentos, assim como na entrada de fundos de investimento nas empresas", afirma.

O caminho mais provável é a manutenção do crescimento orgânico, com abertura de lojas e compras pontuais de empresas fragilizadas. No Norte, isso se traduz em redes ampliando densidade nos mercados onde já têm vantagem, em vez de buscar presença nacional.

NO NORTE, LOGÍSTICA TAMBÉM VENDE

Na Amazônia, vender não é apenas abrir loja, montar estoque e disputar preço. Para redes regionais como Bemol e TV Lar, a logística é parte do próprio modelo de negócio: saber por onde a mercadoria passa, quanto custa levá-la ao interior e como manter produto disponível em cidades distantes ajuda a explicar por que operadores locais seguem competitivos diante de plataformas nacionais e internacionais.

Antonio Azevedo, da TV Lar, cita a Calha do Juruá como um dos exemplos mais claros dessa complexidade. O rio é sinuoso e há poucos operadores de transporte, o que encarece o frete. Em alguns casos, ele chega a representar mais de 20% do preço de venda do produto.

"Você tem aquela operação mais para atender mesmo o consumidor, porque se você for ver o resultado, não tem", afirma Azevedo.

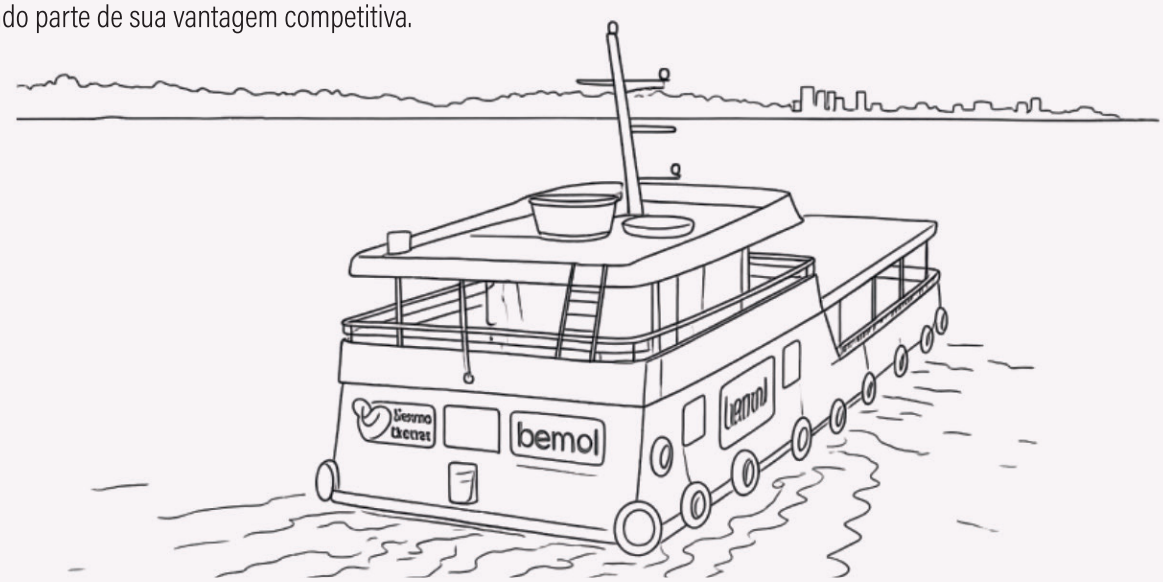
Para ele, a presença regional tem um custo que nem sempre aparece na comparação direta com o comércio digital, que inclui manter loja, estoque, equipe, crédito e pós-venda no interior exige capital imobilizado e risco operacional. Em troca, gera efeito econômico local, uma espécie de papel social.

"É um custo maior, mas ao mesmo tempo você presta um benefício, porque você agrega valor. O aluguel que você paga roda no município, o emprego que você gera, na realidade, gera consumo local", diz.

Na Bemol, Denis Minev observa que a concorrência deixou de ser apenas regional e hoje a empresa disputa mercado com Amazon, Mercado Livre e companhias chinesas, por exemplo. A vantagem regional, nesse cenário, aparece sobretudo no interior, onde décadas de operação na Amazônia dão à empresa um conhecimento que tecnologia e escala nacional não resolvem sozinhas: é preciso saber a rota, o porto, até a escolha do barco.

"Pela experiência de estar aqui operando há muito tempo, você sabe qual é o barco que vai para Anamã. Isso não tem um catálogo na internet. Você tem que ir lá para o porto, ver qual é o barco e conversar com o capitão", afirma Minev.

Na combinação entre presença física, crédito, estoque, logística e conhecimento territorial, os varejistas regionais estão construindo parte de sua vantagem competitiva.





JORGE DO NASCIMENTO JÚNIOR
PRESIDENTE EXECUTIVO DA ELETROS

Amazônia precisa ser prioridade eleitoral

A cada ciclo eleitoral, o Brasil volta a discutir crescimento, emprego, segurança, saúde, educação, infraestrutura e combate às desigualdades. São agendas indispensáveis. Mas, para que sejam completas, precisam incluir a Amazônia não como um capítulo periférico, uma pauta ambiental isolada ou uma fotografia de campanha, e sim como parte central de um projeto nacional de desenvolvimento.

Os candidatos à Presidência da República, aos governos dos estados amazônicos e as bancadas federais têm o dever de apresentar propostas objetivas para a região. Não basta repetir compromissos genéricos com a preservação da floresta. É preciso dizer como o poder público pretende gerar emprego, melhorar a renda, integrar territórios, ampliar serviços públicos, atrair investimentos, garantir segurança jurídica e construir oportunidades para quem vive na Amazônia.

Estamos falando da região que concentra o maior patrimônio ambiental da humanidade, abriga a maior fronteira terrestre do País e tem importância direta para a soberania nacional. É também a casa de mais de 30 milhões de brasileiros, que não podem ser vistos apenas como guardiões de um patrimônio de interesse global. São cidadãos brasileiros, com direito à escola de qualidade, saúde acessível, conectividade, mobilidade, trabalho, segurança e perspectivas reais para suas famílias.

A Amazônia possui enorme potencial econômico. A Zona Franca de Manaus, a bioeconomia, a indústria, o turismo, a agricultura sustentável, a pesca, a ciência, a tecnologia, os créditos de carbono e o aproveitamento responsável de sua biodiversidade demonstram que há múltiplos caminhos para produzir riqueza com responsabilidade ambiental. O desafio não é escolher entre proteger a floresta e desenvolver a região. O verdadeiro desafio é criar condições para que a conservação esteja associada a prosperidade, inovação e inclusão social.

No entanto, a Amazônia ainda aparece, muitas vezes, em quarto ou quinto plano nas prioridades nacionais. Lembra-se da região nos períodos de seca extrema, nas crises de queimadas, nas discussões internacionais ou quando a floresta ganha destaque no noticiário. Depois, as urgências cotidianas de sua população voltam a ser tratadas com lentidão, distância e pouca coordenação.

Essa lógica precisa mudar. Não há política ambiental consistente sem uma política de desenvolvimento que reconheça as particularidades amazônicas. Não se combate o desmatamento apenas com fiscalização; combate-se também com presença do Estado, regularização fundiária, alternativas econômicas legais, infraestrutura adequada, educação, pesquisa e geração de renda. Da mesma forma, não há integração nacional plena se uma região estratégica permanece

submetida a custos logísticos excessivos, baixa conectividade e dificuldades de acesso a mercados e serviços.

Por isso, esta eleição deve ser uma oportunidade para elevar o nível do debate. Os candidatos precisam apresentar metas, prioridades, fontes de financiamento e prazos. Precisam explicar como vão fortalecer a presença do Estado nas fronteiras, defender a Zona Franca de Manaus, ampliar a infraestrutura de transportes e comunicação, apoiar a indústria regional, valorizar a ciência produzida na Amazônia e transformar a bioeconomia em atividade capaz de gerar escala, renda e desenvolvimento local.

A Amazônia não pede privilégio. Pede atenção compatível com sua importância para o Brasil. Um país que deseja ser potência ambiental, alimentar, energética e industrial não pode deixar sua região mais estratégica em segundo plano. A floresta, a soberania e os brasileiros que vivem nela exigem mais do que discursos: exigem um compromisso eleitoral claro, permanente e mensurável com o futuro da Amazônia.



JORGE DO NASCIMENTO JÚNIOR é Presidente Executivo da Eletros – Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos. Possui trajetória dedicada à indústria e ao desenvolvimento da região amazônica. Foi secretário de planejamento do Estado do Amazonas e Coordenador de Projetos da Suframa. Administrador e especialista em comércio exterior.

Píer, dragagem e sobretaxa: o custo da vazante na rota de Manaus

Sobretaxa nos fretes, operações privadas em Itacoatiara e dragagem pública mostram o que custa manter Manaus ligada às rotas marítimas na vazante

Por REDAÇÃO

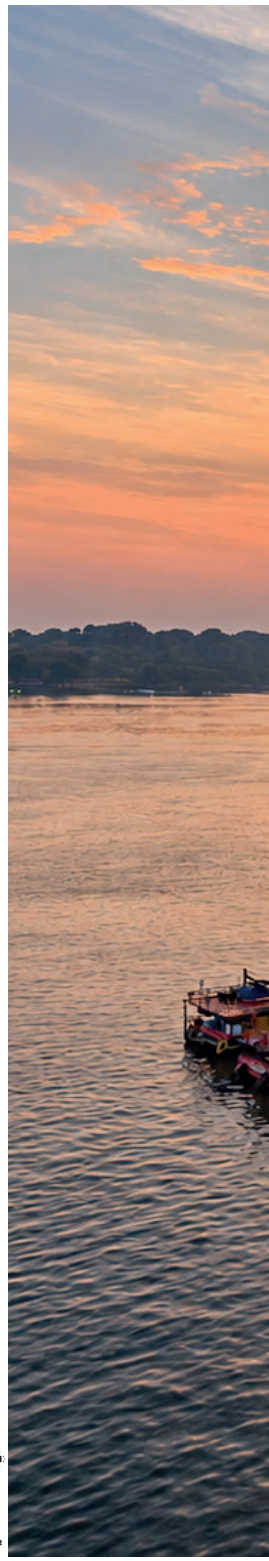
Em meados de setembro, o grupo Chibatão, o maior porto privado de Manaus, começou a deslocar um píer flutuante de 277,5 metros de comprimento para Itacoatiara. A estrutura, posicionada a mais de 200 quilômetros da capital, faz parte do plano de contingência para manter o fluxo de contêineres caso a vazante restrinja a passagem de navios de maior calado.

A operação já foi testada. Em 2024, durante uma das maiores secas registradas na Amazônia, navios descarregaram parte da carga em Itacoatiara. Os contêineres seguiram para Manaus em balsas, enquanto as embarcações, mais leves, puderam prosseguir viagem.

Naquele ano, o Chibatão estimou em aproximadamente R$ 70 milhões o investimento para montar a estrutura provisória. O píer recebeu 35 navios e movimentou quase 59 mil contêineres. O Super Terminais adotou estratégia semelhante e divulgou investimento de R$ 45 milhões.

Para 2026, o Chibatão calcula em R$ 80 milhões o custo adicional da operação, considerando pessoal, hospedagem, alimentação, combustível e transporte necessários ao transbordo. A empresa também reviu procedimentos para reduzir de cerca de 40 para 28 horas o tempo de alívio de carga de cada navio.

O desembolso privado tem como cenário um corredor classificado oficialmente como hidrovia. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) inclui os rios Amazonas, Solimões e Madeira na malha hidroviária federal e define hidrovia como uma via de navegação interior com canal delimitado, sinalizado e gabarito hidroviário mantido.



DIVULGAÇÃO



Píer provisório em Itacoatiara



DIVULGAÇÃO

Píer provisório em Itacoatiara

Claudomiro Carvalho, diretor-executivo da SC Navegação, faz uma distinção mais restritiva. Na avaliação dele, os grandes rios amazônicos ainda funcionam sobretudo como vias naturalmente navegáveis, sem o nível de infraestrutura que caracterizaria uma hidrovia plenamente estruturada.

"A Amazônia, na verdade, tem rios navegáveis que a natureza nos deu e que a gente sonha em transformar em hidrovias no futuro", afirma. Para ele, infraestrutura, sinalização, dragagem e ordenamento do tráfego são indispensáveis para essa transformação.

A avaliação não coincide com a nomenclatura oficial. O Dnit relaciona várias hidrovias em funcionamento no país, entre elas Amazonas, Solimões, Madeira, Paraguai, São Francisco e Paraná-Tietê. Carvalho usa um conceito mais restrito e considera a Paraná-Tietê o exemplo brasileiro de hidrovia efetivamente estruturada.

A Paraná-Tietê tem 2,4 mil quilômetros, oito eclusas em funcionamento, terminais portuários e parâmetros definidos para a navegação. No Tietê, o Dnit informa profundidade mínima de 3 metros e comboio-tipo com calado de 2,7 metros.

Na Amazônia, a descrição técnica do próprio governo reconhece uma realidade mais instável. No Solimões, o Dnit informa que o leito muda com frequência, alterando os canais navegáveis de um ano para outro e deslocando bancos de areia e ilhas. No Amazonas, o sistema é formado principalmente por vias de navegação em corrente livre.

Carvalho aponta outro problema: embarcações com funções, velocidades e dimensões muito diferentes compartilham o mesmo espaço.

"Nós somos dos poucos lugares do mundo em que navega de um navio mercante a uma rabeta", diz. "Precisamos ordenar o rio. Onde navega o navio, onde navega o grande comboio, onde navega o recreio, o ferry boat e onde navega o ribeirinho. As embarcações cresceram, a carga cresceu e a gente não deu nenhuma solução, nem de dragagem, nem de sinalização, nem de ordenamento."

Dragagem na agenda

Após as secas de 2023 e 2024, o governo federal ampliou a dragagem dos rios amazônicos.

Em setembro de 2024, o Dnit assinou o contrato para

manutenção aquaviária, dragagem e sinalização de 200 quilômetros entre Manaus e Itacoatiara. O valor original foi de R$ 92,86 milhões. O contrato tem vigência de cinco anos, até setembro de 2029, e hoje aparece no Portal da Transparência com valor atualizado de R$ 106,93 milhões. A estratégia passou a usar contratos de longo prazo, em vez de depender apenas de contratações emergenciais a cada vazante.

Em agosto de 2026, o Dnit anunciou nova rodada de dragagem nos trechos Manaus-Itacoatiara, Coari-Codajás, Tabatinga-Benjamin Constant e Benjamin Constant-São Paulo de Olivença. No corredor até Itacoatiara, será usada uma draga do tipo *hopper*. Os locais de intervenção são definidos a partir do monitoramento periódico dos pontos críticos.

O órgão também regulamentou, em agosto, o Programa Anual de Dragagem de Manutenção Aquaviária, destinado a planejar intervenções para restabelecer e manter as condições de navegabilidade e segurança.

Para Carvalho, dragagem precisa deixar de ser tratada como resposta eventual. "Eu não vejo a navegação sendo plena sem um sistema de dragagem permanente e contínua", afirma.

O padrão Mississippi

A comparação com o Mississippi ajuda a entender o conceito de hidrovia, embora exija cuidados. As características físicas e, principalmente, o uso social dos rios são diferentes. Na Amazônia, o rio também funciona como estrada para comunidades, passageiros, pequenas embarcações e abastecimento local.

No Alto Mississippi, nos Estados Unidos, a infraestrutura foi desenhada em torno de um parâmetro explícito de navegação. O U.S. Army Corps of Engineers mantém um canal com 9 pés de profundidade, cerca de 2,74 metros, e 400 pés de largura, aproximadamente 122 metros. Eclusas, barragens, estruturas de controle do canal e dragagem fazem parte do sistema.

Só no trecho administrado pelo distrito de Rock Island, a dragagem de manutenção ocorre todos os anos em 15 a 20 pontos, com retirada de cerca de 500 mil jardas cúbicas de sedimentos. Os locais mudam de acordo com a sedimentação e o comportamento do rio. Para efeito de comparação, o trecho é 2,5 vezes maior que os 200 quilômetros do contrato Manaus-Itacoatiara.

A taxa entra na mira da Antaq

Durante a vazante, os armadores podem acrescentar ao frete a Low Water Surcharge (LWS), conhecida como taxa de seca ou taxa de pouca água. Não se trata de tributo nem de tarifa pública. É uma sobretaxa criada pelas empresas de navegação para recuperar custos que atribuem às restrições provocadas pelo baixo nível dos rios.

A redução da capacidade dos

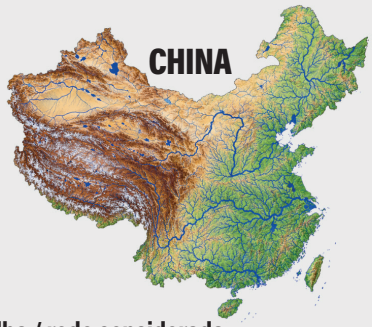
MALHA HIDROVIÁRIA

BRASIL



Malha / rede considerada
41,7 mil km previstos no PNV
Recorte operacional/classificado
20,4 mil km economicamente navegados
Referência: 2024

CHINA



Malha / rede considerada
128,7 mil km de vias navegáveis interiores
Recorte operacional/classificado
68,6 mil km de vias classificadas
Referência: 2025

EUA



Malha / rede considerada
40,2 mil km de canais navegáveis mantidos
Recorte operacional/classificado
19,3 mil km de hidrovias interiores e intracostais
Referência: Atual



DIVULGAÇÃO

Estrutura foi transportada antes do prazo inicialmente previsto

navios, o transbordo, as balsas, a movimentação adicional de contêineres, a armazenagem, a praticagem e a utilização das estruturas em Itacoatiara aparecem entre as despesas apresentadas pelas companhias para justificar a cobrança.

Para 2026, a Maersk anunciou inicialmente US$ 1.228 por contêiner seco, sem distinção entre os tamanhos, e informou posteriormente que o valor poderia chegar a US$ 4.646 por contêiner caso fosse necessário operar com píer flutuante. O comunicado especifica que a cobrança vale para todos os tipos de contêineres secos.

A Hapag-Lloyd adotou estrutura semelhante: US$ 1.350 por contêiner sem píer e US$ 3.500 com píer, também para todos os tipos de contêiner.

A CMA CGM usa outra unidade. Em agosto, anunciou US$ 753 por TEU. Em setembro, elevou a previsão para US$ 2.315 por TEU. Um TEU equivale à capacidade de um contêiner de 20 pés; um contêiner de 40 pés corresponde a dois TEUs. Assim, no segundo anúncio da CMA CGM, a cobrança equivaleria a US$ 2.315 para um contêiner de 20 pés e US$ 4.630 para um de 40 pés.

Desde setembro, a Antaq passou a exigir análise prévia das justificativas técnicas, operacionais e econômicas apresentadas por cada companhia. Pela Deliberação nº 70/2026, a Superintendência de Regulação pode homologar, homologar com condicionantes ou não homologar a sobretaxa.

O simples fato de o rio estar em período de vazante não é suficiente: a companhia precisa demonstrar os efeitos sobre a operação, os custos adicionais e a relação deles com o valor que pretende cobrar.

Para 2026, a referência geral estabelecida pela agência é a cota de 17,7 metros do Rio Negro em Manaus, embora situações específicas possam ser analisadas mediante comprovação de restrições operacionais. Sem homologação preliminar, a cobrança não pode começar.

A CMA CGM foi a primeira a esbarrar diretamente nesse novo rito. Em 17 de setembro, a Antaq decidiu não homologar a cobrança anunciada pela companhia e determinou sua suspensão. A decisão não encerrou o processo e a empresa pode apresentar novos elementos, e a própria deliberação admite nova análise caso as informações sejam consideradas suficientes.

A fiscalização responde a uma discussão iniciada antes deste ciclo. Em 2025, a Antaq já havia determinado que novas cobranças fossem informadas com pelo menos 30 dias de antecedência, com indicação do fato gerador, serviços abrangidos, base de cálculo e período de aplicação. Para as taxas cobradas em 2024, exigiu também dados sobre arrecadação, número de contêineres tarifados e comprovação dos custos extraordinários.

A Associação Comercial do Amazonas (ACA) está entre as entidades que formalizaram questionamentos à agência. Neste ano, a associação protocolou petição após seus associados receberem comunicados sobre a LWS da Maersk e pediu providências à Antaq.

O custo começa antes da taxa

Para a ACA, a sobretaxa é apenas uma parcela do custo que a vazante impõe ao setor produtivo.

Empresas antecipam pedidos e importações para formar estoques antes do período crítico. A estratégia reduz o risco de falta de matéria-prima ou mercadoria, mas aumenta as despesas com armazenagem, antecipa tributos e prende recursos que poderiam permanecer no capital de giro.

"O empresário começa a pagar antes mesmo de a estiagem atingir seu período mais crítico", afirma Bruno Loureiro Pinheiro, presidente da ACA.

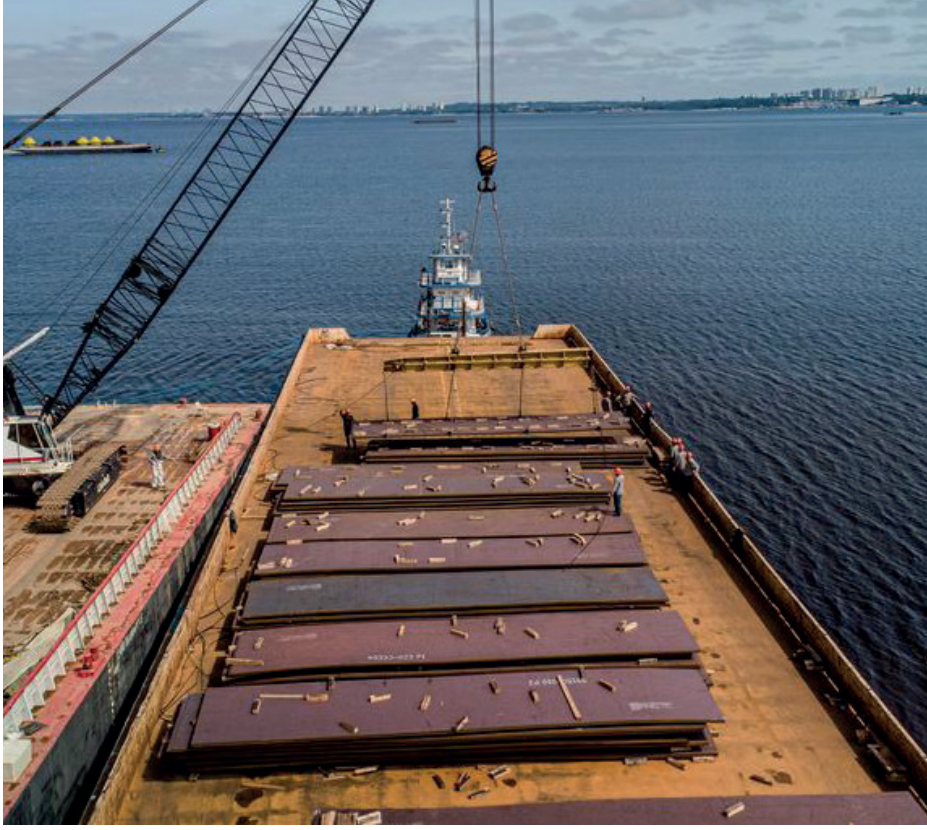
Não existe um percentual único para medir esse impacto. O efeito depende da mercadoria, do setor e da estrutura logística utilizada por cada empresa. Quando o custo não pode ser absorvido, parte dele entra na formação do preço.

"Quando isso não é possível, o custo tende a ser incorporado ao preço das mercadorias e chega ao consumidor final", diz Loureiro.

Os armadores apresentam outra dimensão do problema. Estudo encomendado pela Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac) à consultoria Alvarez & Marsal calculou que uma restrição severa de calado pode elevar em até 147% o custo unitário do transporte de um contêiner para Manaus.

A explicação é que o navio passa a carregar menos contêineres enquanto uma parcela relevante dos custos da viagem permanece.

O levantamento foi contratado pela entidade que representa os armadores e expressa a estimativa econômica do setor. A discussão regulatória aberta pela Antaq procura justamente estabelecer quanto desse custo extraordinário pode ser comprovado e qual parcela pode ser transferida ao usuário.



DIVULGAÇÃO

Píer provisório em Itacoatiara

A parte da conta que pode mudar

As restrições de calado em determinados períodos continuarão fazendo parte do planejamento da navegação, uma vez que não existe infraestrutura capaz de impedir que os rios amazônicos baixem.

O que está em discussão é quanto dos custos provocados por essas restrições pode ser reduzido com dragagem, planejamento e maior previsibilidade da operação, e quanto pode ser comprovadamente transferido aos usuários do transporte. A vazante explica parte da conta; a infraestrutura e a regulação definem como o restante será administrado.

CONTEÚDO EXTRA

LINK

Super Terminais transporta módulo de 600 toneladas de Manaus para Itacoatiara


O Natal
chega primeiro
na embalagem.
Panettone
COM GOTAS DE CHOCOLATE
Feliz Natal
AMAZON
EMBALAGENS

A época mais especial do ano também é uma oportunidade para **surpreender seus clientes e valorizar ainda mais a sua marca.**

Na Amazon Embalagens, você encontra diversas possibilidades para deixar seu negócio pronto para o Natal: **copos personalizados, sacolas, caixas, embalagens para panetones, tags, rótulos, etiquetas e muito mais.**

Antecipe sua produção e prepare sua marca para uma das épocas mais movimentadas do ano.

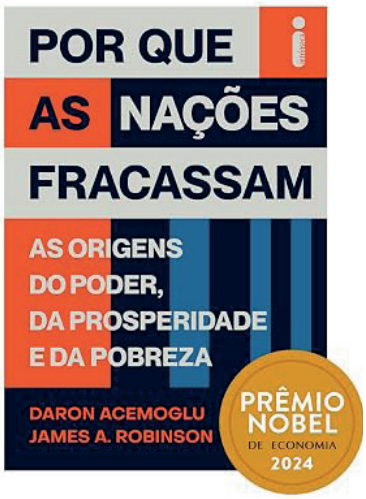


FALE COM A
AMAZON EMBALAGENS
E SOLICITE SEU ORÇAMENTO.

(92) **3672-2000** (92) **99377-7972**
www.amazonembalagens.com.br
@amazonembalagens

EMPRESA CERTIFICADA ISO 9001
CERTIFICADO ISO 14.000
PRODUZIDO NO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS
CONHEÇA A AMAZÔNIA

POR QUE AS NAÇÕES FRACASSAM: AS ORIGENS DO PODER, DA PROSPERIDADE E DA POBREZA



Por que as nações fracassam: As origens do poder, da prosperidade e da pobreza
Daron Acemoglu (Autor), James A. Robinson (Autor)
Editora Intrínseca
592 páginas

Nesse clássico moderno da economia e das ciências humanas, Daron Acemoglu e James A. Robinson investigam a história de civilizações separadas tanto pelo tempo quanto pela geografia para responder a uma questão que há séculos intriga os estudiosos: por que algumas nações são ricas e outras são pobres?

Por meio de uma teoria de base universal, os autores afirmam que as estruturas sociais criadas pelo homem são o que sustenta o sucesso econômico — e o fracasso — das nações. Os países só escapam à pobreza quando dispõem de instituições adequadas, com a preservação do direito à propriedade privada e da livre concorrência.

Acemoglu e Robinson defendem, ainda, a tese original de que a probabilidade de os países desenvolverem boas instituições é maior quando contam com um sistema político pluralista e aberto, com disputa de cargos, eleitorado amplo e espaço para a emergência de novos líderes. A partir desses argumentos, demonstram como algumas mudanças podem contribuir para instituições mais plurais, inovações progressistas e êxito econômico, enquanto outras, ao contrário, só estabelecerão mais instituições repressoras e extrativistas que levarão os países à decadência e à estagnação.

Sobre os autores

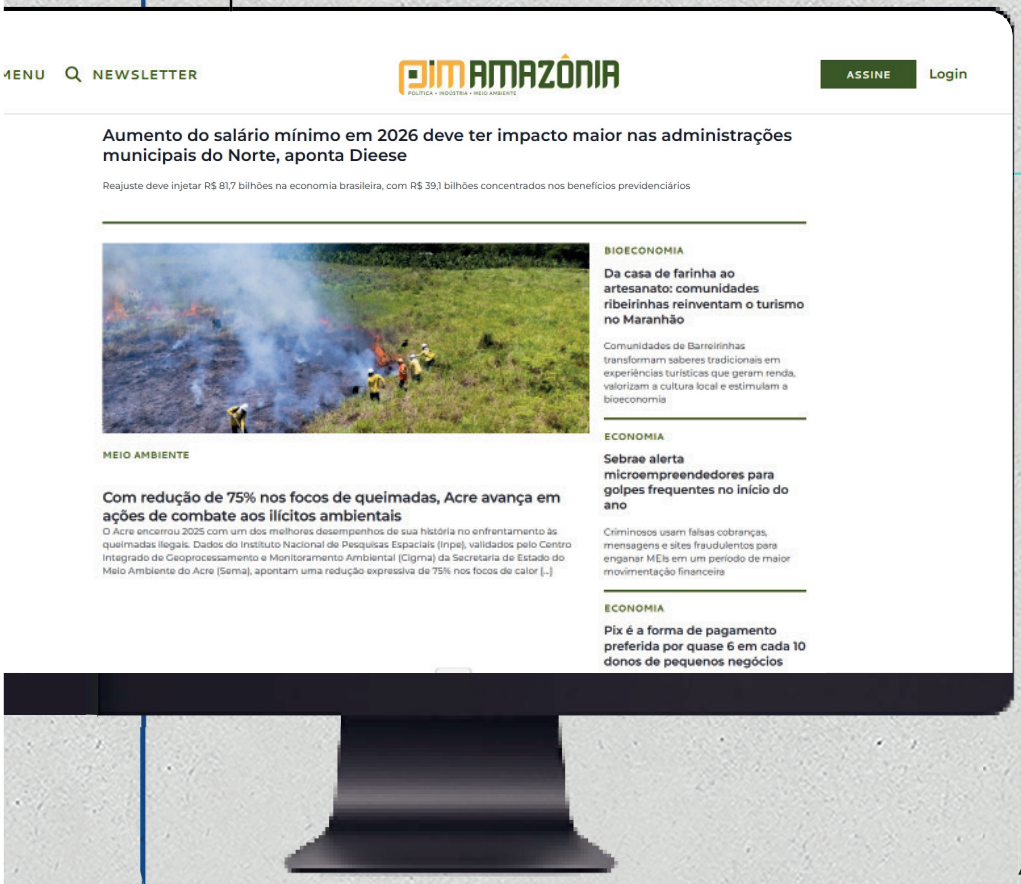
Daron Acemoglu é professor do Instituto do MIT. Em 2005, recebeu a Medalha John Bates Clark, concedida a economistas com menos de quarenta anos cujas contribuições para o pensamento e o conhecimento econômico sejam consideradas de maior relevância; em 2012, recebeu o Prêmio Erwin Plein Nemmers de Economia por trabalhos de importância duradoura; e em 2016, recebeu o Prêmio Fronteiras do Conhecimento da Fundação BBVA por suas contribuições vitalícias em Economia, Finanças e Gestão.

James A. Robinson é cientista político e economista, é professor da Universidade de Chicago. Especialista de renome mundial em América Latina e África, atualmente está realizando pesquisas na Bolívia, na República Democrática do Congo, em Serra Leoa, no Haiti e na Colômbia, onde lecionou por muitos anos em cursos de verão na Universidade dos Andes, em Bogotá.

Acompanhe o Site da **PIM Amazônia**

Mundanças movem a economia.
Há 15 anos a PIM vem evoluindo para levar informação de qualidade a você.

REPORTAGENS EXCLUSIVAS





ATUALIZAÇÕES DIÁRIAS

Cadastre-se e receba nossas newsletters gratuitas

Acompanhe nossas redes sociais

Casa das Correias CDC

Tudo em um só Lugar!



- Elétrica
- Tintas
- Casa&UD
- Mangueiras
- Proteção
- Ferramentas
- Máquinas
- Construção
- Marcenaria
- Correias
- Limpeza
- Navegação

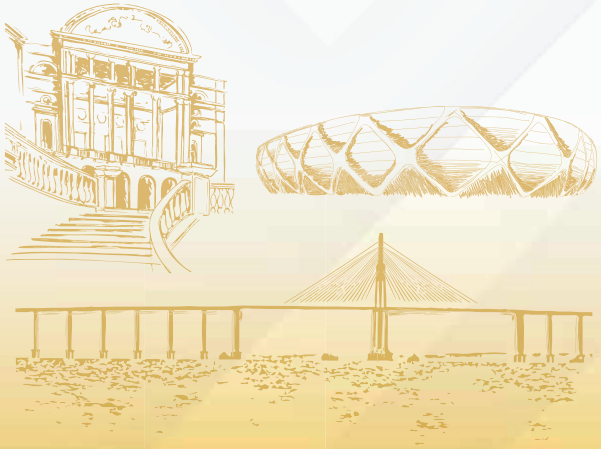
+60 MIL ITENS

45 ANOS DE HISTÓRIA

MAIOR MIX DE PRODUTOS DA CIDADE

VALORES

- Inovação
- Competência
- Respeito
- Agilidade
- Transparência
- Compromisso Social





JAPIIM | C. NOVA | CENTRO | PARQUE 10